Poder Judiciário

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho - 13ª Região

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2013

João Pessoa/PB - março/2014

Poder Judiciário

Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho - 13ª Região

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº nº 127/2013 e Portaria TCU nº 175/2013.

Unidade Responsável pela elaboração do Relatório de Gestão: **Gabinete da Diretoria Geral**

João Pessoa -PB
2014

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTO DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO. 8
1.1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DO TRT 13ª REGIÃO....8
1.2 FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS....9
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL....10
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS....11
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO....21
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS....21
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS....22
2.1 Planejamento da unidade:....22
2.2 – Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados....23
2.3 – Informações sobre outros resultados da gestão....37
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO....39
3.1 Estrutura de Governança....39
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos....39
3.4 Sistema de Correição....41
3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU....41
3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos....41
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA....42
4.1.1 Programação....42
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa....44
4.1.3 Realização da Despesa....47
4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos....57
4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores....57
4.4 Transferências de Recursos....58
4.5 Suprimento de Fundos....58
4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ....61
4.7 Gestão de Precatórios....61
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS....62
5.1. Estrutura de pessoal da unidade....62
5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada....66
5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas....67
5.1.5 Cadastramento no Sisac....68
5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários....71
5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva....72
5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão....73
5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4....74
5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários....74
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO....75
6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros....75
6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário....77
6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros....79
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO....80
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 83

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis....83
8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água....85
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS....86
9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU....86
Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício....86
9.2 Tratamento de Recomendações do OCI....90
9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna....91
9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93....92
9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário....92
9.6 Alimentação SIASG E SICONV....93
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE....94
10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas....94
10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade....94
10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade....94
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS....96
11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público....96
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis....96
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO....97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
CSJT – CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
TST – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
TRT13 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
DG- DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA
SGP - SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
STP - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO
CGP - CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ACS - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
AJP - ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA
AGE - ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
SCI - SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
SCR - SECRETARIA DA CORREGEDORIA
SADM - SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SJUD - SECRETARIA JUDICIÁRIA
SEGEPE - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SPF - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
SETIC - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
SAPPE - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL
SG - SERVIÇOS GERAIS
SMP - SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
NCDP -NÚCLEO DE CADASTRAMENTO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL
S1T -SECRETARIA DA PRIMEIRA TURMA
S2T - SECRETARIA DA SEGUNDA TURMA
CCL – COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E LICITAÇÕES
RG – RELATÓRIO DE GESTÃO
UJ – UNIDADE JURISDICIONADA
IN - INSTRUÇÃO NORMATIVA
DN – DECISÃO NORMATIVA
TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	08/09
Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS	24/35
QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	39/40
Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas	42
Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	44/45
Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	46
Quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total	47
Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	48
Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	49/50
Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	51/52
Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	53
Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	54/55
Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	57
Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	57
Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	58
Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	59
Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	60
Quadro A.4.7.1 – Requisições e Precatórios – Administração Direta	61
Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	62
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	63
QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)	63/64
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	64
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária Situação apurada em 31/12	64
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12	65
Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	66
Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	67
Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	68
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	68
Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	68
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	69
A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)	69
QUADRO A.5.2.3 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	72
QUADRO A.5.2.4 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	73

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários 74

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União 77

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional 78

Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros 79

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada 80/81

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 83/84

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água 85

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 86/89

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 90

Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. 96

INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial relativos à gestão dos responsáveis pelo TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO – TRT 13ª REGIÃO **(TRT13)**, referente ao exercício financeiro de 2013, tendo sido elaborado observando os Atos Normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU, mais precisamente a Instrução Normativa nº 72/2013, Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e Portaria TCU nº 175/2013.

Está organizado de forma a possibilitar a visão sistêmica da conformidade e do desempenho da gestão da Unidade Gestora 080005 **(UG080005)**, bem como a legalidade, legitimidade e economicidade da gestão em relação aos padrões normativos e operacionais, expressos nas normas e regulamentos aplicáveis.

De acordo com as normas e orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União, o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região está obrigado à apresentação do Relatório de Gestão na forma individualizada.

O relatório foi elaborado observando a ordem das informações solicitadas nos atos normativos supra mencionados. Na primeira parte, mais especificamente no item 1.4 do relatório, está descrita, de forma sucinta, a prestação jurisdicional, evidenciando a movimentação processual nas Varas do Trabalho da 13ª Região (1ª instância), bem como a movimentação na Sede do TRT (2ª Instância).

Cumpre informar que alguns itens solicitados nos atos normativos expedidos pelo TCU, acima referenciados, não constam relatório, eis que não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada ou quando aplicaveis não não há conteúdo para tal mister, constando a respectiva informação da sua inaplicabilidade na ordem de apresentação no relatório. São eles a baber:

- No item 2 - Os subitens 2.2.1 – Programa temático; 2.2.2 Objetivo; 2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS, 2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS e 2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI

- No item 3 – Os subitens 3.3 Remuneração Paga a Administradores; 3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores; 3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.

- No item 4 – 4.4 Transferências de Recursos; 4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"; 4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ; 4.7.2 Requisições e Precatórios da Administração Indireta.

- No item 5 - 5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão; 5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.

- No item 6 – 6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.

- No item 9 - 9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício; 9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício; 9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.

João Pessoa, 24 de março de 2014.

CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE
Desembargador Presidente

LEONARDO MAROJA ARCOVERDE NÓBREGA
Diretor Geral da Secretaria

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTO DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO

1.1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DO TRT 13ª REGIÃO

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO			**Código SIORG**:
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO			
Denominação abreviada: TRT 13ª REGIÃO			
Código SIORG:	**Código LOA:** 15114		**Código SIAFI:** 080005
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DA UNIÃO			**CNPJ:** 02.658.544/0001-70
Principal Atividade: JURISDICIONAL			**Código CNAE:** 84.2
Telefones/Fax de contato:	(083) 3533.6018	(083) 3533.6019	(083) 3533-6136
E-mail: gdg@trt13.jus.br			
Página na Internet: http://www.trt13.jus.br			
Endereço Postal: Av. Corálio Soares de Oliveira, s/nº – Centro – João Pessoa/PB – CEP: 58013-260			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – TRT13, foi criado em 18 de junho de 1985 através da Lei Federal nº 7.324, tendo sido desmembrado do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Pernambuco). O TRT da 13ª, com sede na cidade de João Pessoa/PB, quando de sua criação tinha jurisdição nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, até que em 25 de julho de 1991 foi criado o Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, através da Lei Federal nº 8.215, com jurisdição em todo o Estado do Rio Grande do Norte. Atualmente, o TRT13 possui vinte e sete 27 (vinte e sete) Varas do Trabalho, distribuídas da seguinte forma: 09 (nove) em João Pessoa, 05 (cinco) na cidade de Campina Grande, 02 (duas) na cidade de Santa Rita e 01 (uma) nas cidades de Cajazeiras, Sousa, Itaporanga, Catolé do Rocha, Patos, Monteiro, Picuí, Areia, Guarabira, Itabaiana e Mamanguape. O Regimento Interno deste Regional trata da sua disposição e competência, regulando o processamento dos feitos que lhe são atribuídos pela legislação vigente, bem como enumera e disciplina a formação e funcionamento de seus órgãos e serviços. Por outro lado, o Regulamento Geral de Secretaria fixa a competência das unidades administrativas de sua Secretaria, dispõe sobre as atribuições dos Cargos e Funções Comissionadas, sobre o pessoal efetivo e seu regime jurídico, além de estabelecer a organização dos demais serviços auxiliares.			
Outras normas infra-legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Regimento Interno – editado pela Resolução Administrativa nº 075/2001 - Ata da Sessão Administrativa nº 09/2001 – e publicado no Diário da Justiça do Estado da Paraíba em 16/05/2001; alterado pelas Emendas Regimentais: Resolução Administrativa TRT – PB nº 222/2004, publicada no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 24/02/2005; Resoluções Administrativas TRT – PB nºs 094, 095 e 096/2006, publicadas no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 26/10/2006; Resolução Administrativa TRT – PB nº 082/2007, publicada no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 09/11/2007, e republicada por incorreção no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 18/01/2008; e, atualizado pela Resolução Administrativa nº 088/2008, publicada no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 17/11/2008.			

- Regulamento Geral de Secretaria – editado pela Resolução Administrativa nº 181/2001, publicado no Diário da Justiça do Estado da Paraíba em 02/11/2001; alterado pela Resolução Administrativa TRT-PB nº 051/2005, publicada no Diário da Justiça do Estado da Paraíba em 15/03/2005.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
80005	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
1	TESOURO NACIONAL
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
80005	1

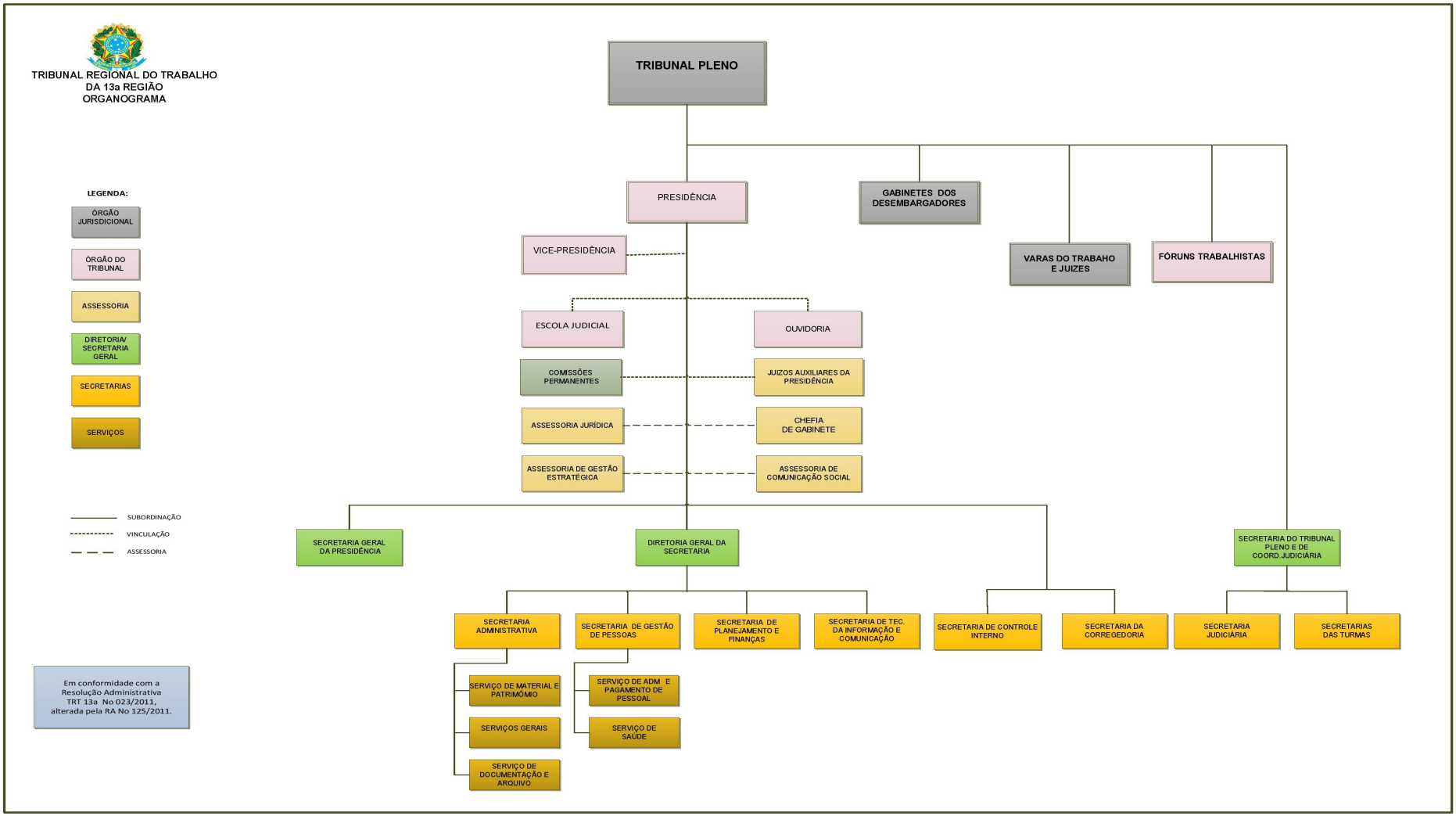
1.2 FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

A finalidade e as competências do Tribunais Regionais do Trabalho estão definidas na Constituição Federal, notadamente em seu artigo 114.

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, tem por finalidade de prestação jurisdicional através da apreciação de causas trabalhistas, com jurisdição em todo o Estado da Paraiba e sua sede localiza-se na cidade de João Pessoa.

A competência do TRT da 13ª Região, como órgão integrante da Justiça do Trabalho, está esculpida no art. 114 da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004. Dentre outras, cabe-lhe processar e julgar, na forma da lei: a) as ações oriundas da relação de trabalho, b) as ações que envolvem exercício do direito de greve, c) as ações sobre representação sindical, d) as ações de indenização por dano moral ou patrimonial decorrentes da relação de trabalho e) as execuções, de ofício, das contribuições sociais, e f) outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL



1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos deste Tribunal Regional do Trabalho – atividades diretamente responsáveis por tornar efetiva sua razão de existir – é a própria prestação jurisdicional, são a distribuição e cadastramento processual, a autuação, processamento e julgamento de reclamações trabalhistas e a execução das decisões judiciais, esta última compreendendo também a execução de contribuições previdenciárias, levantamento de custas, praças e realização de leilões.

Referentes à atividade-fim desta Unidade, ainda são ações de sua responsabilidade: movimentação dos recursos dirigidos ao Tribunal Superior do Trabalho – TST; serviço de Acórdãos e Jurisprudência; precatórios, custas e despachos de competência da 2ª instância e atividades de correição e ouvidoria.

A atividade jurisdicional do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, compreende as ações trabalhistas em 1ª e 2ª instâncias.

Prestação jurisdicional trabalhista de 1º grau.

Na primeira instância, o TRT 13ª Região possui vinte e sete 27 (vinte e sete) Varas do Trabalho, distribuídas da seguinte forma: 09 (nove) em João Pessoa, 05 (cinco) na cidade de Campina Grande, 02 (duas) na cidade de Santa Rita e 01 (uma) nas cidades de Cajazeiras, Sousa, Itaporanga, Catolé do Rocha, Patos, Monteiro, Picuí, Areia, Guarabira, Itabaiana e Mamanguape.

No ano de 2013, na fase de conhecimento, foram recebidos 35.790 (trinta e cinco mil setecentos e noventa reclamações trabalhistas, onde se registrou a solução de 32.828 (trinta e dois mil, oitocentos e vinte e oito) processos. Na fase de execução foram iniciados 16.891 (dezesseis mil, oitocentos e noventa e um) processos e encerrados 7.611 (sete mil seiscentos e onze) processos. Abaixo segue os quadros demonstrativos das fases de execução e conhecimento relacionando cada unidade judiciária:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DAS VARAS DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
Fase de Conhecimento

VARAS	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS
1ª VARA DE CAMPINA GRANDE	2.423	2.363
2ª VARA DE CAMPINA GRANDE	2.435	2.397
3ª VARA DE CAMPINA GRANDE	2.466	2.352
4ª VARA DE CAMPINA GRANDE	2.485	2.243
5ª VARA DE CAMPINA GRANDE	2.431	2.349
1ª VARA DE JOÃO PESSOA	1.655	1.471
2ª VARA DE JOÃO PESSOA	1.661	1.500
3ª VARA DE JOÃO PESSOA	1.638	1.454
4ª VARA DE JOÃO PESSOA	1.695	1.586
5ª VARA DE JOÃO PESSOA	1.677	1.442
6ª VARA DE JOÃO PESSOA	1.674	1.601
7ª VARA DE JOÃO PESSOA	1.680	1.420
8ª VARA DE JOÃO PESSOA	1.660	1.517
9ª VARA DE JOÃO PESSOA	1.655	1.514

AREIA	424	412
CAJAZEIRAS	388	375
CATOLÉ DO ROCHA	263	257
GUARABIRA	1.234	1.174
ITABAIANA	564	537
ITAPORANGA	552	435
MAMANGUAPE	639	324
MONTEIRO	176	200
PATOS	1.987	2.069
PICUÍ	405	361
1ª SANTA RITA	547	336
2ª SANTA RITA	531	305
SOUSA	845	834
TOTAL GERAL	**35.790**	**32.828**
Fonte: e-Gestão		

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DAS VARAS DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
Fase de Execução

VARAS	INICIADAS	ENCERRADAS
1ª VARA DE CAMPINA GRANDE	1.195	471
2ª VARA DE CAMPINA GRANDE	804	380
3ª VARA DE CAMPINA GRANDE	735	603
4ª VARA DE CAMPINA GRANDE	546	407
5ª VARA DE CAMPINA GRANDE	674	457
1ª VARA DE JOÃO PESSOA	511	343
2ª VARA DE JOÃO PESSOA	880	281
3ª VARA DE JOÃO PESSOA	686	486
4ª VARA DE JOÃO PESSOA	402	268
5ª VARA DE JOÃO PESSOA	1.361	350
6ª VARA DE JOÃO PESSOA	2.895	411
7ª VARA DE JOÃO PESSOA	1.035	175
8ª VARA DE JOÃO PESSOA	637	279
9ª VARA DE JOÃO PESSOA	630	204
AREIA	148	227
CAJAZEIRAS	217	205
CATOLÉ DO ROCHA	96	157
GUARABIRA	769	323
ITABAIANA	164	83
ITAPORANGA	370	287
MAMANGUAPE	344	81

MONTEIRO	75	146
PATOS	593	246
PICUÍ	94	31
1ª SANTA RITA	314	212
2ª SANTA RITA	223	55
SOUSA	493	443
TOTAL GERAL	**16.891**	**7.611**
Fonte: e-Gestão		

Prestação jurisdicional trabalhista de 2º grau.

A segunda instância, é formada pelo Tribunal Pleno, composto por dez desembargadores, e está dividida em duas turmas de julgamento, cujas atividades desenvolvidas estão relacionadas nos quadros demonstrativos a seguir:

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA - *EXERCÍCI0 2013*

SUAP					
MÊS	**PROCESSOS DISTRIBUÍDOS**	**PROCESSOS JULGADOS**	**PUBLICADOS**	**PUBLICADOS NO PRAZO**	**PUB. FORA DO PRAZO**
JANEIRO	14	6	6	6	-
FEVEREIRO	22	29	29	28	1
MARÇO	20	35	35	35	-
ABRIL	21	5	5	5	-
MAIO	20	30	30	28	2
JUNHO	14	24	24	24	-
JULHO	26	26	26	26	-
AGOSTO	35	42	42	42	-
SETEMBRO	39	10	10	10	-
OUTUBRO	58	20	20	20	-
NOVEMBRO	29	2	2	2	-
DEZEMBRO	14	81	81	81	-

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE					
MÊS	**PROCESSOS DISTRIBUÍDOS**	**PROCESSOS JULGADOS**	**PUBLICADOS**	**PUBLICADOS NO PRAZO**	**PUB. FORA DO PRAZO**
JANEIRO	14	-	-	-	-
FEVEREIRO	14	-	-	-	-
MARÇO	15	3	3	3	-
ABRIL	16	5	5	5	-
MAIO	18	8	8	8	-
JUNHO	18	-	-	-	-

JULHO	21	12	12	12	-
AGOSTO	22	8	8	8	-
SETEMBRO	24	6	6	6	-
OUTUBRO	18	7	7	7	-
NOVEMBRO	19	-	-	-	-
DEZEMBRO	7	44	44	44	-

PROCESSO ADMINISTRATIVO	
MATÉRIAS ADMINISTRATIVAS APRECIADAS	**RECURSOS ADMINISTRATIVOS APRECIADOS**
156	39

1ª Turma de Julgamento

PROCESSOS DE SUAP

Exercício 2013 MÊS	Processos Distribuídos	Proc. Julgados	Proc. Publicados	Publicados no Prazo (10 dias)*	Publicados Fora do Prazo
T O T A L	5450	5282	5223	5206(98,6%)	20

PROCESSOS DE PJe

Exercício 2013 MÊS	Proc. Julgados	Proc. Publicados	Publicados no Prazo (10 dias)*	Publicados Fora do Prazo
T O T A L	46	45	45(97,6%)	0

*** percentual em relação ao total de processos julgados**

2ª Turma de julgamento

PROCESSOS DO SUAP

Exercício 2013	Processos Distribuídos	Proc. Julgados	Proc. Publicados	Publicados no Prazo (10 dias)*	Publicados Fora do Prazo
T O T A L	5263	4701	4701	100,00%	0

NÚMEROS DE PROCESSOS EM PJe de 2013

Exercício 2013	Processos Distribuídos	Proc. Julgados	Proc. Publicados	Publicados no Prazo (10 dias)*	Publicados Fora do Prazo
T O T A L	84	61	61	100,00%	0

Das atividades Correicionais

No que concerne às ações correcionais, no decorrer do exercício de 2013, buscando aperfeiçoar os trabalhos iniciados no ano de 2012, foram realizadas mais inovações nas atas

correicionais, tais como:

- publicação imediata da ata de correição, no DEJT e Portal da Corregedoria, logo após a sua leitura;

- reorganização da apresentação, na ata correicional, da produtividade dos Magistrados volantes, tornando-a mais objetiva;

- acréscimo do capítulo DOS PRAZOS PARA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA (CUMPRIDAS OU NÃO CUMPRIDAS) nas atas correicionais das varas do trabalho onde não há central de mandados, constando o número de diligências realizadas por executante, acompanhado do peso da cada diligência, com os respectivos prazos médios, e, quando necessário, no capítulo relativo às recomendações, o sujeito oficial de justiça;

- elaboração da ata correicional levando-se em consideração os dados estatísticos de 02 (dois) períodos distintos: o primeiro, relativo ao exercício de 2012, e o segundo, ao ano de 2013;

- acréscimo, na ata correicional, do capítulo DAS BOAS PRÁTICAS IMPLEMENTADAS NA VARA, com o intuito de dar publicidade a esses procedimentos, para adoção nas demais unidades judiciárias do Regional;

- acréscimo, na ata correicional, da análise parcial do cumprimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico do Regional, relativa ao exercício de 2013;

- modificação das atas correicionais, a partir das correições realizadas nas Varas do Trabalho de Santa Rita e Mamanguape, com a coleta dos dados estatísticos do Sistema e-Gestão e o acréscimo do capítulo DAS CARTAS PRECATÓRIAS;

- acréscimo do capítulo DA OCORRÊNCIA DE NÓ DE DESVIO - PJE-JT nas atas correicionais das Varas do Trabalho de Santa Rita e Mamanguape;

Tais mudanças se mostraram necessárias e oportunas para possibilitar que os gestores e a sociedade conheçam o verdadeiro diagnóstico das unidades, além de permitir a correção imediata das falhas pontuais detectadas e o redirecionamento das ações em busca do cumprimento das metas institucionais.

Visando conhecer e minimizar as dificuldades enfrentadas pelas unidades de 1º grau, o Núcleo de Apoio à Primeira Instância, diariamente, acompanha as pendências ocorridas nas varas do trabalho, lançadas no Sistema *push*, criando um canal permanente entre elas e a Corregedoria.

Além do referido acompanhamento, presta também esclarecimentos às varas do trabalho sobre procedimentos judiciais, o próprio SUAP e mais recentemente o PJe-JT, servindo de elo de ligação entre as varas e as unidades deste Regional.

Faz o acompanhamento do cadastro dos peritos, atualizando, sempre que possível, a documentação dos mesmos. Com relação a este ponto, também presta apoio à primeira instância, quando as unidades não conseguem peritos para atuar nos feitos, servindo de elo entre a Unidade e o Perito, para fins de conclusão da diligência: juntada de Laudo Pericial.

É importante registrar que, no ano de 2013, este Regional implantou o Processo Judicial Eletrônico Nacional (PJe) em oito Varas do Trabalho, que, juntas, têm jurisdição sobre 139 municípios. Esse quantitativo obedeceu meta do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), de implantar o novo sistema em 40% das unidades da Justiça do Trabalho no estado.

No exercício de 2013, 32 (trinta e duas) unidades judiciárias de 1ª instância foram correicionadas, sendo submetidos ao crivo do Corregedor um total de 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta) processos, dos quais 431 (quatrocentos e trinta e um) receberam despachos correicionais, conforme demonstrado na tabela abaixo:

DATA	UNIDADE CORREICIONADA	Nº DE PROCESSOS CORREICIONADOS	Nº DE DESPACHOS CORREICIONAIS
04 a 08/02/2013	4ª VT de Campina Grande	250	40
06 a 08/02/2013	5ª VT de Campina Grande	250	5
19 e 20/02/2013	Núcleo de Distribuição dos Feitos de João Pessoa	200	-
26/02 a 1º/03/2013	9ª VT de João Pessoa	250	19
11 a 13/03/2013	Central de Mandados de Campina Grande	200	22
25 e 26/03/2013	Distribuição dos Feitos e Central de Mandados de Santa Rita	200	-
02 a 04/04/2013	VT de Monteiro	150	13
08 a 11/04/2013	2ª VT de João Pessoa	250	18
15 a 17/04/2013	VT de Itabaiana	150	13
24 a 26/04/2013	Central de Mandados de João Pessoa	250	35
26 a 30/04/2013	VT de Catolé do Rocha	150	1
27 a 31/05/2013	1º VT de João Pessoa	250	4
10 a 13/06/2013	VT de Cajazeiras	150	8
12 a 14/06/2013	VT de Sousa	200	13
17 a 21/06/2013	5º VT de João Pessoa	250	14
10 e 11/07/2013	VT de Picuí	150	7
29/07 a 1º/08/2013	Núcleo de Distribuição dos Feitos de Campina Grande	100	-
29/07 a 1º/08/2013	1ª VT de Campina Grande	250	4
06 a 09/08/2013	8ª VT de João Pessoa	250	11
12 a 16/08/2013	2ª VT de Campina Grande	250	4
14 a 16/08/2013	3ª VT de Campina Grande	250	16
21 a 26/08/2013	VT de Areia	150	14
09 a 16/09/2013	VT de Patos	200	24
12 a 17/09/2013	VT de Itaporanga	200	16
17 a 20/09/2013	7ª VT de João Pessoa	250	15
1º a 07/10/2013	3ª VT de João Pessoa	250	38
14 a 17/10/2013	6ª VT de João Pessoa	250	6
22 a 25/10/2013	VT de Guarabira	200	25
04 a 08/11/2013	1ª VT de Santa Rita	200	10
11 a 14/11/2013	2ª VT de Santa Rita	200	5
18 a 22/11/2013	VT de Mamanguape	200	5
02 a 06/12/2013	4ª VT de João Pessoa	250	26

De acordo com os dados estatísticos apresentados pela Assessoria Jurídica da Presidência, em comparação com os resultados obtidos no ano anterior (2012), houve acréscimo em praticamente todas as áreas de atuação, destacando-se o aumento significativo do número de recursos de revista que entraram no setor (aumento de 51% em relação a 2012) e que foram despachados (aumento de 20% em relação a 2012), de pareceres administrativos (aumento de 56% em relação a 2012) e, ainda, de termos de conciliação elaborados (aumento de 172% em relação a 2012).

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Recursos de Revista (Denegados)	17	165	174	200	238	100	224	310	212	263	145	283	2331
Recursos de Revista (Recebidos)	4	20	30	25	26	8	26	42	41	40	26	78	366
Despachos Diversos	4	28	52	73	46	54	43	73	111	79	71	48	682
Informações	0	0	0	4	1	0	0	0	0	0	0	0	5
Pareceres (Mat. Administrativa)	35	50	126	105	82	72	104	150	125	111	68	84	1112
Termos de Conciliação	0	1	0	1	2	1	11	4	2	4	2	2	30
Decisão	1	0	0	0	0	0	11	5	2	4	2	2	27
Parecer Jurídico	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3
Sub- Total	61	264	382	408	395	235	419	584	496	501	314	497	4556

A Secretaria Judiciária apresentou os dados relativos à movimentação processual e à movimentação de precatórios, conforme se infere dos quadros abaixo, com o objetivo deste relatório é mensurar o seu desempenho a partir dos instrumentos que lhes são oferecidos para a obtenção dos resultados (SUAP – Sistema Unificado de Administração de Processos e e-Remessa – Sistema de Remessa de Peças Processuais).

TABELA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL EM 2013	
Agravo de Instrumento em RR – AIRR apresentados em 2013	1922
Agravo de Instrumento em RR – AIRR autuados em 2013	1714
Agravo de Instrumento em RR – AIRR enviados ao TST em 2013	1833
Recurso de Revista apresentados em 2013	3444
Recurso de Revista enviados ao TST em 2013	353
Agravo de Instrumento em RR – AIRR baixados do TST em 2013	1709
Recurso de Revista baixados do TST em 2013	395

TABELA DE MOVIMENTAÇÃO DE PRECATÓRIOS EM 2013	
Precatórios recebidos/autuados em 2013	170
Precatórios encaminhados/expedidos em 2013	249

Precatórios pendentes de pagamento em 2013	2359
Precatórios pendentes de pagamento no prazo	422
Precatórios pendentes de pagamento com prazo vencido em 2013	1937
Precatórios pagos em 2013	346
Valor dos Precatórios pendentes de pagamento	R$ 263.457.251,50

O Núcleo de Cadastramento e Distribuição Processual apresentou os dados estatísticos dos trabalhos realizados no exercício 2013, conforme se infere das tabelas abaixo:

TABELA DOS PROCESSOS AUTUADOS
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

CLASSE		TOTAL
1199	Pedido de Providências	5
233	Incidente de Uniformização de Jurisprudência	4
1125	Ação Trabalhista Rito Sumaríssimo	1
1005	Agravo Regimental	90
191	Protesto	1
1002	Agravo de Instrumento em Recurso Revista	1714
1004	Agravo de Petição	871
047	Ação Rescisória	52
221	Conflito de Competência	32
987	Dissídio Coletivo	7
1689	Embargos de Declaração	1915
1298	Processo Administrativo	142
183	Cautelar Inominada	31
985	Ação Trabalhista Rito Ordinário	1
1000	Agravo	3
088	Correição Parcial ou Reclamação Correicional	4
307	Habeas Corpus	001
1009	Recurso Ordinário	8213
1265	Requisitório de Precatório	170
1231	Exceção de Suspeição	006
144	Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela	001
988	Dissídio Coletivo de Greve	2
1001	Agravo de Instrumento em Agravo de Petição	41
1003	Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	326
1299	Recurso Administrativo	33
261	Carta Precatória	3
1266	Requisição de Pequeno Valor	102
1007	Embargos Infringentes	1
1685	Reexame Necessário	1
Total de Ações:		13773

ESTATÍSTICA DE PR0TOCOLO - Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
004	Atestado médico	1721
127	Autorização de Acesso à Declaração IRPF	13
061	Exceção de pré-executividade	5
015	Diversos	7890
088	Cumprimento	3

113	Certificado de cursos	320
120	Pedido de Pensão ou Pagamento	18
068	Afastamento	78
107	Laudo	4
024	Sobrestamento de processo	42
026	Contra razões	1661
045	Devolução	32
008	Remarcação de audiência	28
066	Adicional	18
002	Memorando	1467
025	Agravo de Instrumento para a VT	23
020	Depósito judicial	94
019	Falar sobre documentos	20
126	Agravo de Instrumento em RO para o TST	11
071	Atualização cadastral	132
073	Aposentadoria	23
124	Solicitação de Alteração de Beneficiário	382
112	Certidão	278
016	Pedido de intervenção	0
017	Homologação de acordo	66
037	Carta de sentença	32
083	Comunicação	457
084	Solicitação de 2ª via	16
085	Consignação	27
086	Contestação	73
087	Contraminuta de Agravo	812
110	Solicitação de Adiamento de Audiência	47
089	Declaração	67
090	Férias	422
028	Impedimento/Suspeição	0
035	Embargos à execução	1
117	Licença	155
055	Substituição do bem penhorado	1
096	Indicação	4
097	Informação	173
099	Pedido de sequestro	13
102	Embargos de declaração - TRT	2018
103	Agravo Regimental	81
104	Recurso de Revista para o TST	3443
105	Recurso Ordinário para o TST	32
001	Oficio	1121
106	Juntada de Documentos	488
021	Desentranhamento de Documentos	5
014	Razões finais	49
092	Frequência	46
057	Impugnação de embargos	271
048	Comprovação de pagamento de custas	21
079	Cancelamento	18
108	Manifestação do MPT	2841
128	Declaração Ato 48/2010 - CSJT	9
013	Medida Cautelar	16
029	Recurso adesivo	23
047	Requer cumprimento de despacho	9
052	Pedido de penhora	0007
062	Agravo de instrumento em RR para o TST	1923
042	Levantamento de depósito	28
003	Requerimento Interno	194
046	Impugnação de Cálculos	9

118	Remoção	37
122	Exposição de motivos	70
027	Recurso Ordinário	80
023	Desistência	29
119	Vacância do Cargo	0003
116	Folga eleitoral / Prestar serviço eleitoral	37
010	Perícia	11
033	Agravo de Petição	7
049	Carta de ordem	6
078	Averbação	59
121	Diárias	1022
007	Aditamento de inicial	10
109	Termo de pagamento e quitação	0
056	Habilitação de crédito	0
043	Bloqueio de bem penhorado	0
060	Antecipação de tutela	0
070	Auxílio	3
111	Ajuda de custo	4
018	Apresentação de endereço	2
059	Notificação devolvida	0003
115	Exoneração	1
125	Petição destinada ao plantão judiciário	1
074	Requisição de material	66
091	Dispensa	0
144	Licença premio para conversão em pecunia	5
082	Compensação	5
023	Desistencia	29
081	Cessão de servidor	41
142	Pensão civil	0001
012	Arbitramento de valor	0001
058	Encaminhamento de originais	0
032	Retirada dos autos	0001
098	Indenização	4
138	Declaração do dependente estudante	266
047	Requer cumprimento de despacho	9
130	Auxilio natalidade	10
139	Cancelamento de consignação	36
146	Licença premio para usufruto em determinado período	0002
071	Atualização cadastral	132
123	Solicita horário especial	1
075	Impedimento/Suspeição	0
141	Solicitação de inclusão de beneficiário	26
133	Licença para capacitação	3
140	Solicita horário especial deficiente	2
30	Diário da Justiça	3
152	Teletrabalho	6
94	Impugnação	1
34	Embargos à penhora	1
114	Exclusão	1
148	Licença à adotante	2
153	Designação para FC ou CJ Resolução CNJ 156	4
40	Requisitório de Precatório	3
150	Auxílio Transporte	3
132	Adicional de Periculosidade	4
129	Afastamento para exercício mandato eletivo	2
41	Indicação de bem penhorável	2
154	Designação para substituição FC ou CJ	12
9	Apresentação de quesitos	2

136	Declaração de não acumulação de cargos	12
155	Resolução CNJ 156 - Complementação	354
67	Aditamento	1
50	Carta Precatória	3
145	Licença Prêmio para gozo época oportuna	5
77	Audiência de Conciliação	2
11	Demonstrativo de Evolução Salarial	1
31	Embargos de Declaração - Vara	4
151	Resolução CNJ 156- Ficha Limpa	767
135	Licença para atividade política art. 86 § 1,2	3
109	Termo de Pagamento e Quitação	4
63	Aquisição de bens e/ou serviços	79
131	Interrupção de Licença	2
76	Pedido de Arquivamento	1

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Serviços Administrativos - Manutenção, limpeza e conservação predial;
Gerenciamento e Publicação do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
Planejamento e coordenação das atividades relacionadas ao processamento de compras, alienação, desfazimento, recebimento, registro, guarda, distribuição, conservação e controle dos materiais permanentes e de consumo do Tribunal;
Gerenciamento da frota de veículos oficiais;
Controle de acesso e segurança das unidades;
Administração, manutenção e suporte de Tecnologia da Informação;
- Gestão de Pessoas - Gestão por Competências para as Funções de Natureza Gerencial
Qualidade de Vida no Trabalho
Preparação para a Pré e Pós-Aposentadoria
Implantação do PPRA
Capacitação e qualificação de servidores
Programa de Saúde - PCMSO
- Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Para a consecução de seus objetivos e o fiel desempenho das atividades pertinentes, o TRT da 13ª Região conta com o apoio de órgãos públicos e entidades da sociedade civil, cuja relação de parceira é assim destacada (entre outros):

- Conselho Nacional de Justiça-CNJ: Emana as orientações e normas relativas à atividade administrativa e fiscaliza o cumprimento da lei e regulamentos pertinentes à atividade judicante, com abrangência sobre todo Poder Judiciário.
- Conselho Superior da Justiça do Trabalho-CSJT: Emana orientações e normas relativas à atividade administrativa e fiscaliza o cumprimento da lei e regulamentos pertinentes à atividade judicante, com abrangência sobre a Justiça Trabalhista.
- Tribunal Superior do Trabalho – emana orientações acerca das atividades judicantes.
- Tribunal de Contas da União-TCU: Exerce a fiscalização administrativa, financeira e contábil dos

órgãos da Administração Pública a ele jurisdicionados.
- Procuradoria Regional do Trabalho-PRT/PB: Órgão integrante do Ministério Público da União.
- Procuradoria da União: Exerce a Advocacia da União;
- Ordem dos Advogados do Brasil-OAB/PB: Integra o arcabouço essencial à prestação da justiça e se insere em vários projetos de interesse do Regional.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e a Caixa Econômica Federal mantêm acordo de cooperação para administração dos depósitos judiciais e cessão de espaços físicos. A instituição oferece, também, serviços de certificação digital institucional para os servidores do Tribunal;
- Banco do Brasil o TRT da 13ª região mantém com o banco do acordo de cooperação para administração dos depósitos judiciais e cessão de espaços físicos;
- Banco Central do Brasil que disponibiliza o bacenjud, que possibilita a consulta e o bloqueio de contas correntes de partes litigantes.

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da unidade:

a) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade;

Os planos estratégicas são:
1) Planejamento Estratégico: Definido em 2009 para o período de 2010 à 2014, possui 18 Objetivos Estratégicos e 25 Indicadores;
Projetos Estratégicos: Definidos durante o período do Planejamento Estratégico foram abertos 33 sendo que 11 já encerrados;
Mapas de Contribuição: Instrumento de contribuição ao Planejamento Estratégico de todas as Unidades Judiciárias e Administrativas do Tribunal.

b) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA;

O Planejamento Estratégico Institucional, criado através da Resolução Administrativa n° 109/2009 e revisado pela Resolução Administrativa 86/2013 apresenta como Missão “promover justiça nas relações de Trabalho” o que encontra-se amplamente alinhado com o Art. 114 da Constituição Federal:
Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas.

c) Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos.

Eis os Objetivos Estratégicos:

Otimizar os trâmites processuais, Garantir a qualidade no atendimento ao público, Facilitar o acesso à Justiça, Aprimorar o cumprimento das decisões, Intensificar os programas e disseminar a cultura de responsabilidade social e ambiental, Otimizar e padronizar os procedimentos de trabalho, Garantir o alinhamento das unidades e da estrutura organizacional à estratégia, Aprimorar a gestão orçamentária e financeira, Alinhar a proposta orçamentária à estratégia, Melhorar a infraestrutura física, tecnológica e a segurança institucional, Fortalecer a imagem institucional, Aperfeiçoar e ampliar as parcerias com outras instituições, Aprimorar a comunicação institucional, Propiciar um ambiente de trabalho saudável, Viabilizar a gestão por competências, Promover ações par motivar e comprometer as pessoas com os objetivos da instituição, Garantir a qualidade e integração dos sistemas de TI Garan tir a confiabilidade, disponibilidade e integridade das informações

As estratégicas adotadas para sua realização e tratamento de riscos consistem na realização de RAE'S (Reuniões de Análise Estratégicas). Foram 03 (três) no ano de 2013. Estas reuniões acontecem com os membros do Comitê Gestor de acompanhamento do Planejamento Estratégico (ATOS TRT GP 232/2011 e 256/2011) e servidores responsáveis pelos Objetivos Estratégicos (ATO TRT GP 167/2013).

2.2 – Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1 – Programa temático

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região não possui Programa Temático sob sua responsabilidade.

2.2.2 - Objetivo

Não se aplica a esta UJ.

2.2.3 Ações

Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS

Identificação da Ação	
Código	02.061.0571.4224.0025
Título	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
Programa	**Código: Tipo:**
Unidade Orçamentária	15.114 – Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
715000	1.251.600,00	1251600	884591,54	884591,54	0	367008,46

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
54,15	-	**54,15**	**0**	**-**	**-**

Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS

Identificação da Ação	
Código	02.122.0571.09HB.0025
Título	Contribuição da União – PSSS
Programa	**Código: Tipo:**
Unidade Orçamentária	15.114 – Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
33496420	37.814.570,00	37814570	35913476,14	35913476,14	0	1901093,86

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
64.149,58	-	**-**	**0**	**-**	**-**

Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS

Identificação da Ação	
Código	02.122.0571.10WT.0025
Título	Construção do Edifício Sede do Fórum da Capital
Programa	**Código: Tipo:**
Unidade Orçamentária	15.114 – Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3000000	144.025,55	30482,64	0	0	0	30482,64

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
5.845.165,66	3.366.930,08	**-**	**0**	**-**	**-**

Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS

Identificação da Ação	
Código	02.122.0571.20TP.0001
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da Uniao
Programa	**Código: Tipo:**
Unidade Orçamentária	15.114 – Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1748392,09	209.066.802,00	202733567,4	202733567,4	200832473,6	0	6323234,56

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
314.288,42	-	**-**	**0**	**-**	**-**

Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS

Identificação da Ação	
Código	02.128.0571.4091.0001
Título	Capacitação de Recursos Humanos
Programa	**Código: Tipo:**
Unidade Orçamentária	15.114 – Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1009050	1.009.050,00	956417,18	858327,5	858327,5	0	98089,68

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
96.301,30	94.851,30	**700,00**	**0**	**-**	**-**

Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS

Identificação da Ação	
Código	02.131.0571.2549.00001
Título	Comunica;'ao e Divulga;'ao Institucional
Programa	**Código: Tipo:**
Unidade Orçamentária	15.114 – Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
151300	151.300,00	71999,98	65999,89	65999,89	0	5999,99

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
19.899,99	19.899,99	**-**	**0**	**-**	**-**

Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS

Identificação da Ação	
Código	02.301.0571.2004.0001
Título	Assistência M[edica e Odontol[ogica aos Servidores
Programa	**Código: Tipo:**
Unidade Orçamentária	15.114 – Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4425120	4.612.561,00	4612561	4473209,62	4473209,62	0	139351,38

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	**0**	-	-

Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS

Identificação da Ação	
Código	02.306.0571.2012.0001
Título	Auxilio Alimentação aos Servidores
Programa	**Código: Tipo:**
Unidade Orçamentária	15.114 – Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8940000	9.524.004,00	9524004	9479526,07	9479526,07	0	44477,93

Execução Física			
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante	
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	**0**	-	-

Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS

Identificação da Ação	
Código	02.331.0571.2011.0001
Título	Auxilio Transporte aos Servidores
Programa	**Código: Tipo:**
Unidade Orçamentária	15.114 – Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3600	6.400,00	4191,86	3960,59	3960,59	0	231,27

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	**0**	-	-

Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS

Identificação da Ação	
Código	02.365.0571.2010.0001
Título	Assistência Pre-Escolar aos Dependentes
Programa	**Código: Tipo:**
Unidade Orçamentária	15.114 – Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
884916	918.916,00	909296,85	899675,7	899675,7	0	9621,15

Execução Física			
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante	
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	**0**	-	-

Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS

Identificação da Ação	
Código	02.272.0089.0181.0001
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pens'oes
Programa	**Código: Tipo:**
Unidade Orçamentária	15.114 – Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
32931702	44.747.648,00	44747647,99	40755233,04	40755233,04	0	3992414,95

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
229.384,48	-	**-**	**0**	**-**	**-**

Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS

Identificação da Ação	
Código	02.061.0571.4256.0001
Título	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho
Programa	**Código: Tipo:**
Unidade Orçamentária	15.114 – Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17894789	17.814.789,00	13759345,52	10803179,07	10803179,07	0	3153631,66

Execução Física

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.901.408,91	2.255.307,30	**86.124,90**	**0**	**-**	**-**

2.2.3.5 Análise Situacional

O Orçamento do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, relativo ao exercício de 2013, apresentou dotação de R$ 329.917.640,00 (trezentos e vinte e nove milhões novecentos e dezessete mil seiscentos e quarenta reais) e foi executado, em observância às normas legais e regimentais atinentes à especie.

A seguir fazemos uma análise crítica a realização orçamentária por Programa de Trabalho:

01- Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho: neste programa foi realizado o percentual de 83,97% do custeio e 35,58% de Permanente o que não foi muito bom tendo em vista problemas de ordem técnica em algumas licitações.

02- Capacitação de Recursos Humanos: neste Programa de Trabalho, tivemos uma boa execução chegando ao percentual de 94,78%, o que foi bastante significativo na parte de aperfeiçoamento e treinamento de Magistrados e servidores.

03- **Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte, Assistência Pré-escolar e Assistência Médica:** destes Programas de Trabalho apenas no auxílio Transporte tivemos em percentual de utilização baixo, tendo em vista que os servidores beneficiários deste Programa de Trabalho perderam por motivos outros o direito ao beneficio.

04- Assistência Jurídica a Pessoas Carentes: Neste Programa de Trabalho tivemos um percentual de utilização de 100%, tendo em vista a grande demanda de requisição de pericias na 1ª instancia.

05- Construção do Fórum Trabalhista de João Pessoa: Neste Programa de Trabalho praticamente não foi nada utilizado tendo em vista problemas de ordem técnica nos procedimentos de licitação ocorrida no final do exercício, para realização da 2ª etapa da construção do Fórum, não havendo tempo hábil para abertura de um novo procedimento licitatório.

06- Pessoal Ativo e Obrigações Patronais (PSSS): Neste programa de Trabalho o índice de utilização foi de 100%.

07- Encargos com Inativos e Pensionistas: Neste programa de Trabalho o índice de utilização foi de 100%.

Desta forma, considerando inclusive as despesas inerentes a Pessoal foi executado o valor de R$ 306.870.746,00 (trezentos e seis milhões oitocentos se setenta mil e setecentos e quarenta e seis reais correspondendo a 97,88% , o que consideramos satisfatória a execução orçamentária deste Tribunal no exercício de 2013.

2.3 – Informações sobre outros resultados da gestão

- os resultados observados no âmbito do Poder Judiciário em relação às metas fixadas pelo CNJ;

Foram 10 (dez) as Metas Nacionais do Poder Judiciário 2013 e destas o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região teve resultado satisfatório, ou seja, alcançou a meta estabelecido em 06 (seis).

- resultados decorrentes do planejamento estratégico da unidade ou identificados no decorrer da gestão, mas não abordados em outros tópicos do relatório;

Em outubro de 2013 o Tribunal realizou uma pesquisa de clima organizacional e de satisfação para colher o sentimento dos magistrados, servidores e público em geral com as seguintes dimensões: comunicação, percepção institucional, saúde e bem-estar, relacionamento interpessoal, organização do trabalho, infraestrutura, capacitação, liderança e justiça organizacional.
Resultado quanto a servidores: Ficou constatado que, 80% dos que responderam a pesquisa percebem a comunicação como dimensão positiva para o Clima Organizacional e apenas 16% discordam da eficácia dos canais de comunicação do Tribunal. Para a maioria, os portais, internet, intranet, gabinete , e-mail, Push e Sispae são adequados e eficazes. Em relação a percepção institucional, 84% dos participantes concordam que o trabalho contribui para a justiça social e que o Tribunal transmite uma imagem positiva para a sociedade.
68% dos entrevistados concordaram que a instituição se importa com a saúde física e mental de seus servidores, assim como cuida dos mesmos. Já a dimensão relacionamento interpessoal obteve um índice de concordância de 89%, afirmando que nos setores existem o bom relacionamento. O item organização no trabalho obteve índices de concordância de 84%, quando atestam que o número de servidores lotados em cada setor é compatível com o volume de trabalho. Sobre a infraestrutura, 85% concordaram que o sistema corporativo Suap atende as necessidades de trabalho.
No quesito capacitação, 83% concordaram que as atividades atendem às necessidades de suas funções. 93% dos servidores concordam que a liderança é muito positiva no ambiente de trabalho. já a justiça organizacional, ao contrário de anos anteriores, alcançou índices percentual de concordância acima da média de 61%, afirmando que existe justiça nas promoções funcionais do TRT. O resultado da pesquisa mostrou que 86,6% dos entrevistados estão satisfeitos em trabalhar na instituição.
Resultado quanto a magistrados: Ficou constatado que, dos 36 magistrados que responderam a pesquisa o índice de satisfação com a comunicação existente na instituição é de 64%. Em relação a percepção institucional, metade dos pesquisados concorda que o Tribunal transmite uma imagem positiva para o público externo.
O quesito Saúde e Bem-Estar mostrou que apenas 25% dessa parcela de magistrados tem uma avaliação positiva dessa dimensão, necessitando-se de uma reflexão sobre as possíveis causas desse resultado e as possibilidades de melhoria. A Dimensão Relacionamento Interpessoal mostrou que 67% dos avaliados concordam que há cooperação, soma de esforços e compreensão entre todos nas suas unidades de trabalho.
No tema infraestrutura, foram avaliados aspectos como higiene, temperatura, ruído, mobiliário e acesso. Essa dimensão teve um índice de concordância de 69% dos que participaram da pesquisa. Considerando a dimensão da capacitação e desenvolvimento das pessoas, houve um percentual de concordância de 64% e acerca da satisfação em trabalhar no Tribunal, 61% disseram estar satisfeitos.
Resultado quanto a Sociedade: Para os usuários todas as dimensões apresentam-se como

pontos fortes: o atendimento, a comunicação, a infraestrutura e Atos Processuais. Comparando-se diferenças percentuais das dimensões para os usuários nos anos de 2009 a 2013, observa-se que todas tiveram aumentos percentuais. Vale ressaltar os aumentos significativos das dimensões atendimento e Atos Processuais do ano de 2011 para o de 2013

- os resultados previstos para outros exercícios, mas para os quais concorreram parte dos esforços da gestão empreendidos em 2013, entre outros.

Para outros exercícios o novo planejamento estratégico que será desenvolvido em 2014 definirá indicadores e metas que irá abranger os anos entre 2015 à 2020.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

A Unidade de Auditoria da UJ é a Secretaria de Controle Interno-SCI, composta, atualmente, por:

DIRETOR (CJ-03)
Assistente de Diretor
Chefe do Núcleo de Fiscalização e Auditoria Administrativa
Chefe do Núcleo de Fiscalização e Auditoria Contábil, Financeira e Orçamentária
Chefe da Seção de Fiscalização e Auditoria de Pessoa
Chefe da Seção de Fiscalização e Auditoria Operacional e de Conformidade
Chefe da Seção de Fiscalização e Auditoria em Planejamento e Execução de Obras
Chefe da Seção de Acompanhamento de Atos e Procedimentos do TCU

As atribuições da referida secretaria encontram-se na RA 145/2013 e pode ser resumida em Auditar, fiscalizar e realizar Inspeções Administrativas consoante diretrizes dispostas na RA 171/2013 CNJ.

Ressalta-se ainda que apesar da citada RA 145/2013 ter criado mais uma Seção para Auditar e fiscalizar a execução e manutenção de Obras deste Tribunal (FC-04), até a presente data não foi efetivada tal implementação/ajuste no organograma da referida unidade.

Por fim, informamos que aos servidores lotados na Secretaria de Controle Interno é vedada a participação em quaiquer comissões, excetuando-se a Comissão Permanente de Orçamento e Gestão-Copege onde o Diretor da Unidade de Controle Interno atua.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				**x**	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		**x**			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				**x**	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	**x**				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		**x**			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				**x**	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					**x**
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					**x**

9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**x**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**x**
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				**x**	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	**x**				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	**x**				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	**x**				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	**x**				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				**x**	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**x**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				**x**	
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		**x**			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				**x**	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			**x**		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				**x**	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					**x**
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					**x**
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					**x**
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					**x**
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					**x**
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				**x**	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				**x**	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				**x**	
Análise Crítica: ver item 3.6					

3.4 Sistema de Correição

O TRT da 13ª Região conta em sua estrutura com uma Secretaria da Corregedoria quando da realização das correições nas unidades judiciárias do Regional, segue as determinações contidas no ATO TRT SCR 001/2011.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Não se aplica a esta UJ.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Neste subitem, apesar da unidade jurisdicionada (UJ) não tenha, ainda, estabelecido indicadores para monitorar e avaliar o funcionamento do modelo de governança da UJ bem como para avaliar os controles internos na garantia do alcance de seus objetivos estratégicos estabelecidos, verifica-se que no ano fiscal de 2013, houve o comprometimento desta unidade jurisdicionada em cumprir a meta 16 do CNJ, como um dos objetivos estratégicos desta unidade. Tal meta nacional, visou fortalecer a unidade de Controle Interno e, dentre outras coisas, fomentou mudanças das atribuições do OCI de forma que deixou de praticar a cogestão e passou, efetivamente, a cumprir a sua missão institucional, nos termos da RA 171/2013 CNJ, culminando na publicação da Resolução Administrativa 145/2013 do TRT13 e a publicação do plano anual de auditoria do TRT13, dentro do prazo legal, ou seja, até 30/11/2013, o qual toda a equipe do OCI empenha-se na própria capacitação da nova sistema de controle interno (auditorias e fiscalizações) para o cumprimento, integral, do referido plano.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1.1 Programação

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:			**UO:15.114**		**UGO:080005**	
Origem dos Créditos Orçamentários			**Grupos de Despesa Correntes**			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	**2 – Juros e Encargos da Dívida**	**3- Outras Despesas Correntes**	
DOTAÇÃO INICIAL			241.267.331,00	-	30.963.827,00	
CRÉDITOS	**Suplementares**		50.361.689,00	-	2.364.845,00	
	Especiais	**Abertos**	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Extraordinários	**Abertos**	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Créditos Cancelados		-	-	(150.000,00)	
Outras Operações			-	-	-	
Dotação final 2013 (A)			291.629.020,00	-	33.178.672,00	
Dotação final 2012(B)			259.364.014,00	-	28.835.319,00	
Variação (A/B-1)*100			12,44	-	15,06	
Origem dos Créditos Orçamentários			**Grupos de Despesa Capital**			
			4 – Investimentos	**5 – Inversões Financeiras**	**6- Amortização da Dívida**	**9 - Reserva de Contingência**
DOTAÇÃO INICIAL			6.059.948,00	-	-	-
CRÉDITOS	**Suplementares**		-	-	-	-
	Especiais	**Abertos**	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
	Extraordinários	**Abertos**	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		(950.000,00)	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-
Dotação final 2013 (A)			5.109.948,00	-	-	-
Dotação final 2012(B)			7.092.072,00		-	-
Variação (A/B-1)*100			(27,95)	-	-	-

4.1.1.1 Análise Crítica

Analisando a compatibilidade da dotação orçamentaria do exercício 2013, bem como os créditos suplementares verificamos que não ocorreu alterações significativas. Com Relação a pessoal o crédito suplementar foi para complementar o pagamento da folha de pessoal do mês de dezembro e pagamento de passivos como URV, Pae e etc.

Com relação ao custeio os créditos solicitados foram com remanejamento de dotação para atender despesas com os benefícios (auxilio alimentação, auxílio creche e assistência médica), como também honorários periciais.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	-	-		-	-	-
Recebidos	-					
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	80001	80005	0212605712C730001			175.123,00
Recebidos	80001	80005	02128057120G20001			8.000,00
Recebidos	80017	80005	0212205711P660001			198.331,66
Recebidos	80017	80005	2,12606E+15			265.941,90
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida

Concedidos						
Recebidos	80017	80005	2,12606E+15	2.118.731,00		

Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	201009	80005	2,88461E+16	1.147.380,00		
Recebidos	201009	80005	2,88461E+16	771.000,00		
Origem da Movimentação	**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
	Concedente	**Recebedora**		**4 – Investimentos**	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Concedidos						
Recebidos				"		

4.1.3 Realização da Despesa

Realização da Despesa com Créditos Originário

Quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:	Código UO:15114		UGO:080005	
	Despesa Liquidada		Despesa paga	
Modalidade de Contratação	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**12.131.386,65**	**13.359.191,32**	**9.540.084,74**	**13.359.191,32**
a) Convite				
b) Tomada de Preços	1.317.272,06	1.344.166,02	169.689,80	1.344.166,02
c) Concorrência	30.482,64	923.674,87	-	923.674,87
d) Pregão	10.783.631,95	11.091.350,43	9.370.394,94	11.091.350,43
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	**2.815.790,91**	**4.027.536,99**	**2.337.452,07**	**4.027.536,99**
h) Dispensa	643.879,79	1.538.841,16	414.110,12	1.538.841,16
i) Inexigibilidade	2.171.911,12	2.488.695,83	1.923.341,95	2.488.695,83
3. Regime de Execução Especial	**20.744,85**	**17.463,97**	**18.730,76**	**17.463,97**
j) Suprimento de Fundos	20.744,85	17.463,97	18.730,76	17.463,97
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**292.411.624,87**	**257.896.591,36**	**280.194.881,50**	**257.896.591,36**
k) Pagamento em Folha	291.619.019,99	257.272.189,73	279.402.276,62	257.272.189,73
l) Diárias	792.604,88	624.401,63	792.604,88	624.401,63
5. Outros	**15.556.836,85**	**13.632.113,91**	**14.774.415,58**	**13.632.113,91**
6. Total (1+2+3+4+5)	**322.936.384,13**	**288.932.897,55**	**306.865.564,65**	**288.932.897,55**

Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários
Valores Executados diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:	**Código UO:**		**UGO:**	
	Despesa Liquidada		**Despesa paga**	
Modalidade de Contratação	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**12.131.386,65**	**13.359.191,32**	**9.540.084,74**	**13.359.191,32**
a) Convite				
b) Tomada de Preços	1.317.272,06	1.344.166,02	169.689,80	1.344.166,02
c) Concorrência	30.482,64	923.674,87	-	923.674,87
d) Pregão	10.783.631,95	11.091.350,43	9.370.394,94	11.091.350,43
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	**2.815.790,91**	**4.027.536,99**	**2.337.452,07**	**4.027.536,99**
h) Dispensa	643.879,79	1.538.841,16	414.110,12	1.538.841,16
i) Inexigibilidade	2.171.911,12	2.488.695,83	1.923.341,95	2.488.695,83
3. Regime de Execução Especial	**20.744,85**	**17.463,97**	**18.730,76**	**17.463,97**
j) Suprimento de Fundos	20.744,85	17.463,97	18.730,76	17.463,97
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**292.411.624,87**	**257.896.591,36**	**280.194.881,50**	**257.896.591,36**
k) Pagamento em Folha	291.619.019,99	257.272.189,73	279.402.276,62	257.272.189,73
l) Diárias	792.604,88	624.401,63	792.604,88	624.401,63
5. Outros	**15.556.836,85**	**13.632.113,91**	**14.757.150,37**	**13.632.113,91**
6. Total (1+2+3+4+5)	**322.936.384,13**	**288.932.897,55**	**306.848.299,44**	**288932897,55**

Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total								
Unidade Orçamentária:			**Código UO:15.114**			**UGO:080005**		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	***Empenhada***		***Liquidada***		***RP não processados***		***Valores Pagos***	
1. Despesas de Pessoal	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***
31.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas	182.723.222,53	170.046.671,98	182.723.222,53	170.046.671,98	-	-	182.723.222,53	170.046.671,98
31.91.13 – Obrigações Patronais	35.138.087,04	32.757.249,38	33.236.993,18	32.757.249,38	1.901.093,86	-	33.236.993,18	32.757.249,38
31.90.01 – Aposentadorias	26.723.204,45	22.131.161,74	26.723.204,45	22.131.161,74	-	-	26.723.204,45	22.131.161,74
Demais elementos do grupo	47.034.506,46	32.337.106,63	36.718.856,95	32.337.106,63	10.315.649,51	-	36.718.856,95	32.337.106,63
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
33.90.39 – Serv. Pessoas Jurídicas	11.409.511,95	9.026.197,01	8.844.073,93	7.764.022,73	2.565.438,02	1.262.174,28	8.844.073,93	7.764.022,73
33.90.46 – Auxílio Alimentação	9.239.375,94	9.047.408,31	9.235.528,89	9.047.408,31	3.847,05	-	9.235.528,89	9.047.408,31
33.90.37 – Locação de Mão-de-Obras	3.436.571,25	3.039.194,83	2.969.614,64	2.699.373,88	466.956,61	339.820,95	2.969.614,64	2.699.373,88
Demais elementos do grupo	6.463.345,35	4.992.609,77	6.348.679,36	4.901.805,20	114.665,99	90.804,57	6.348.679,36	4.901.805,20
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4. Investimentos	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***
44.90.52 – Material Permanente	730.127,01	1.236.315,73	40.176,00	533.660,11	689.951,01	702.655,62	40.176,00	533.660,11
44.90.39 – Aquisição de Software	7.950,00	1.018.367,07	7.950,00	759.631,54	-	258.735,53	7.950,00	759.631,54
44.90.51 – Obras e Instalações	30.482,64	923.674,87	-	-	30.482,64	923.674,87	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários
Valores Executados Diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:			**Código UO:15.114**			**UGO:080005**		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	***Empenhada***		***Liquidada***		***RP não processados***		***Valores Pagos***	
1. Despesas de Pessoal	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***
31.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas	*182.723.222,53*	*170.046.671,98*	*182.723.222,53*	*170.046.671,98*	-	-	*182.723.222,53*	*170.046.671,98*
31.91.13 – Obrigações Patronais	*35.138.087,04*	*32.757.249,38*	*33.236.993,18*	*32.757.249,38*	*1.901.093,86*	-	*33.236.993,18*	*32.757.249,38*
31.90.01 – Aposentadorias	*26.723.204,45*	*22.131.161,74*	*26.723.204,45*	*22.131.161,74*	-	-	*26.723.204,45*	*22.131.161,74*
Demais elementos do grupo	*47.034.506,46*	*32.337.106,63*	*36.718.856,95*	*32.337.106,63*	*10.315.649,51*	-	*36.718.856,95*	*32.337.106,63*
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
33.90.39 – Serv. Pessoas Júridicas	*11.409.511,95*	*9.026.197,01*	*8.844.073,93*	*7.764.022,73*	*2.565.438,02*	*1.262.174,28*	*8.844.073,93*	*7.764.022,73*
33.90.46 – Auxílio Alimentação	*9.239.375,94*	*9.047.408,31*	*9.235.528,89*	*9.047.408,31*	*3.847,05*	-	*9.235.528,89*	*9.047.408,31*
33.90.37 – Locação de Mão-de-Obras	*3.436.571,25*	*3.039.194,83*	*2.969.614,64*	*2.699.373,88*	*466.956,61*	*339.820,95*	*2.969.614,64*	*2.699.373,88*
Demais elementos do grupo	*6.463.345,35*	*4.992.609,77*	*6.348.679,36*	*4.901.805,20*	*114.665,99*	*90.804,57*	*6.348.679,36*	*4.901.805,20*
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4. Investimentos	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***
44.90.52 – Material Permanente	*730.127,01*	*1.236.315,73*	*40.176,00*	*533.660,11*	*689.951,01*	*702.655,62*	*40.176,00*	*533.660,11*

44.90.39 – Aquisição de Software	*7950*	*1.018.367,07*	*7.950,00*	*759.631,54*	-	*258.735,53*	*7.950,00*	*759.631,54*
44.90.51 – Obras e Instalações	*30.482,64*	*923.674,87*	-	-	*30.482,64*	*923.674,87*	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**2.527.602,93**	**711.845,15**	**1.185.632,87**	**711.845,15**
a) Convite				
b) Tomada de Preços	175.015,06	500.915,17	-	500.915,17
c) Concorrência				
d) Pregão	2.352.587,87	210.929,98	1.185.632,87	210.929,98
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	**175.122,96**	**89.016,00**	**175.122,96**	**58.487,40**
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade	175.122,96	89.016,00	175.122,96	58.487,40
3. Regime de Execução Especial	**-**	**-**	**-**	**-**
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**25.128,54**	**36.531,94**	**25.128,54**	**36.531,94**
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	25.128,54	36.531,94	25.128,54	36.531,94
5. Outros	**1.839.819,19**		**1.839.819,19**	
6. Total (1+2+3+4+5)	**4.567.673,62**	**837.393,09**	**3.225.703,56**	**806.864,49**

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	***Empenhada***		***Liquidada***		***RP não processados***		***Valores Pagos***	
1 – Despesas de Pessoal	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***
31.90.91 – Senteças Judiciais	*1.831.819,19*	*1.105.942,07*	*1.831.819,19*	*1.105.942,07*	-	-	*1.831.819,19*	*1.105.942,07*
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
33.90.39 – Serv. Pessoas Jurídias	*357.138,02*	*1.249.277,63*	*175.122,96*	*132.815,97*	*182.015,06*	*1.116.461,66*	*175.122,96*	*132.815,97*
33.90.30 – Material de Consumo	*180.729,90*	*74.450,00*	*180.729,90*	*42.450,00*	-	*32.000,00*	*180.729,90*	*42.450,00*
33.90.33 – Passagens Aéreas	*46.126,97*	*20.000,00*	*46.126,97*	-	-	*20.000,00*	*46.126,97*	-
Demais elementos do grupo	*33.128,54*	*36.531,94*	*33.128,54*	*36.531,94*	-	-	*33.128,54*	*36.531,94*
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4 – Investimentos	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***	***2013***	***2012***
44.90.52 – Material Permanente	*2.110.871,00*	*636.894,80*	*958.776,00*	*534.358,30*	*1.152.095,00*	*102.536,50*	*958.776,00*	*534.358,30*

44.90.39 – Aquisição de Software	*7.860,00*	*2.220,88*	-	*2.220,88*	*7.860,00*	-	-	*2.220,88*
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

4.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa

No que se refere aos Quadros A.4.1.2.1 e A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Interna e Externa por Grupo de Despesa, destaca-se que os créditos recebidos foram executados na íntegra.

No que se refere ao Quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários, observa-se, quanto ao Pagamento de Pessoal em Folha, observa-se o recebimento de créditos adicionais para complementação do pagamento da folha de pessoal do mês de dezembro 2013 e pagamento de passivos (PAE, URV e Outras Despesas de Exercícios Anteriores), que também contribuíram significativamente para o acréscimo verificado.
Com relação à execução de "Diárias", no exercício 2013 houve um aumento significativo comparado ao exercício 2012, de 26,98 % (vinte e e seis vírgula noventa e oito pontos percentual), tendo em vista que a implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe aumentou a demanda relacionada à capacitação de servidores e magistrados.

Com relação à "Dispensa" e "Inexibilidade", nota-se que as Despesas Liquidadas no exercício de 2013 sofream uma redução com as Despesas Liquidadas no exercício de 2012. A alteração deve-se ao fato dos procedimentos de aquisições de bens e serviçõs terem sido realizados por intermédio de processos licitatórios.

Com relação ao Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total, tem-se as seguintes considerações:
1) O Grupo 1 – Despesas com Pessoal teve uma variação no exercício 2013, compatível com o exercício 2012. Nota-se que houve inscrição de Restos a Pagar não Processados no exercício de 2013, decorrente do recebimento de créditos orçamentários para pagamento de passivos de pessoal no final do mês de dezembro, quando não houve tempo hábil para apropriação das despesas.
2) No Grupo 3 – Outras Despesas Correntes, com relação ao elemento de despesa mais significativo, qual seja, 339046 – Auxílio Alimentação, o acréscimo verificado foi devido à majoração do valor do benefício, implementado pelo Conselho Superior de Justiça. Com relação ao aumento do elemento 339037, a variação decorreu das repactuações contratuais autorizadas em lei, visando o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos;
3) No Grupo 4 – Investimentos,verifica-se um decréscimo nos valores empenhados, em virtude de problemas operacionais nos procedimento licitatórios implementados, quais seja processo anulados e fracassados, não tendo tempo hábil no exercício em relato para repetição do certame, nos termos da legislação aplicada..

Com relação ao Quadro A.4.1.3.5 – Despesa por Modalidade de Contratação – Créditos por Movimentação, os valores constantes em "Outros" referem-se a créditos descentralizados por meio de Destaque para pagamento de RPVs e Precatórios da Administração Direta e Indireta executados pela Unidade. Quanto às demais Modalidades de Contratação, observa-se que no exercício de 2013 foram recebidos valores significativos nas modalidades "Pregão" e "Inexigibilidade". Contudo, esse tipo de despesa é empenhado de acordo com a modalidade de contratação estabelecida pelo CSJT quando da realização do procedimento licitatório direcionado para todos os Regionais do Brasil.

Com relação ao Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e por Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, tem-se as seguintes considerações: 1) O Grupo 1 – Despesas com Pessoal refere-se em sua totalidade à execução orçamentária de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor Federal (RPVs). Nota-se que não houve inscrição de Restos a Pagar não Processados nos exercícios 2013 e 2012;

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	**Denominação**				
22.242.00.00	Pessaol a Pagar de Exercícios Anteriores				
Linha Detalhe					
UG	**Credor (CNPJ/CPF)**	**Saldo Final em 31/12/2012**	**Movimento Devedor**	**Movimento Credor**	**Saldo Final em 31/12/2013**
80005		R$ 6.592.815,29			R$ 6.772.366,68
Razões e Justificativas:Contabilização conforme Acórdão TCU nº 1485/2012 – Plenário.					
Fonte:SIAFI2013					

4.2.1 Análise Crítica

Conforme se infere dos quadros acima, não houve insuficiência de créditos financeiro para atender o pagamento de restos a pagar, quando da inscrição das despesas em restos a pagar.

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2013**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2013**
2012				
2011				
2010				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2013**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2013**
2012	R$ 4.882.643,19	R$ 3.452.834,32	R$ 59.846,24	R$ 1.369.962,63
2011	R$ 5.934.851,83	R$ 3.504.762,20	R$ 8.578,79	R$ 2.421.510,84
2010	R$ 85.128,84	R$ 8.343,75	R$ 31.381,83	R$ 45.403,26

4.3.1 Análise Crítica

Não houve impacto tendo em vista que quando da insrição das despesas em restos a pagar existia o respectivo recurso financeiro.

As despesas que permanecem em restos a pagar por mais de um exercíco são referente à exuceção de contratos de prestação de serviços, a exemplo de reformas e construções, que, por problemas técnicos operacionais, ultrapassaram o cronograma previsto.

Não existe registro no SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores sem que sua vigência tenha sido prorrogada.

4.4 Transferências de Recursos

Não se aplica a esta Unidade.

4.5 Suprimento de Fundos

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				
			Saque		Fatura		Total (R$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	0	-	16	4.690,00	36	16.054,85	20.744,85
2012	**0**	-	**19**	4.528,00	**40**	12.833,97	17.361,97
2011	**0**	-	**12**	2.285,00	**52**	12.591,65	14.876,65

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"

Não se aplica a esta UJ, pois não é utilizado por esta Unidade.

Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R$ 1,00

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Código da UG 1 80005		**Limite de Utilização da UG**		R$ 40.000,00	
Aciel Carneiro da Silva	35896817487	3600	590,00	1.787,51	2.377,51
Benedito Soares de Oliveira	43639062434	3000	-	938,66	938,66
Erli Bandeira de Sousa	67559395449	1946	-	950,00	950,00
Fabio de Oliveira Lucena	60327855487	1200	950,00	200,00	1.150,00
Giovanni S M Lombar	39669327415	2800	-	1.544,57	1.544,57
Hugo Ponce Leon Porto	95364528472	1000	-	600,00	600,00
Izac Oliveira Rocha	7630700415	1000	-	715,00	715,00
Jane A A Guedes	13597990444	3430	850,00	800,00	1.650,00
João Eder L Santos		1600	800,00	592,00	1.392,00
Jose Geraldo C da Silva	43714137491	1000	-	500,00	500,00
Jose Jacio da F Furtado	56958200497	1600	-	720,00	720,00
Laerte Pereira de A Junior	50400673487	1200	-	1.200,00	1.200,00
Pericles C Matias	90551931434	8400	-	4.566,11	4.566,11
Rubens A Barbosa Paiva	48661785415	1978	-	891,00	891,00
Zuleide Pereira de Medeiros	79043895415	1100	900,00	-	900,00
Maria das D F Alves de Lima	58485392434	1500	600,00	-	600,00
Gerencia Executiva J Pessoa	51510/57202	0	-	50,00	50,00
Total Utilizado pela UJ			4.690,00	16.054,85	20.744,85

Fonte:SIAFI2013

Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)

Suprimento de Fundos												
	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
Situação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC Aguardando Análise	0	-	0	-	0	-		-	0	-	0	-
PC em Análise	0	-	0	-	0	-		-	0	-	0	-
PC não Aprovadas	0	-	0	-	0	-			0	-	0	-
PC Aprovadas	0	-	0	-	0	-	52	20.744,85	59	17.361,97	64	14.876,65

Fonte:SIAFI2013

4.5.5 Análise Crítica

Os suprimentos de fundos concedidos por este TRT, estão em estrita observância às normas legais e regimentais atinentes à especie, sendo autorizados tão somente para saques e cartões corporativos, não sendo mais adotado a concessão de suprimentos de fundos em conta do tipo "B". No exercicio não ocorreu qualquer glosa à prestação de contas aos suprimentos de fundos concedidos.

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

Não se aplica a esta unidade.

4.7 Gestão de Precatórios

Quadro A.4.7.1 – Requisições e Precatórios – Administração Direta

Precatórios - Requisição												
Administração Direta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Comum	63	770.343,72	52	714.779,47	47	1.347.488,75	2	1.061.475,47	1	259.988,08	1	5.059.910,02
Total	**63**	**770.343,72**	**52**	**714.779,47**	**47**	**1.347.488,75**	**2**	**1.061.475,47**	**1**	**259.988,08**	**1**	**5.059.910,02**

Precatórios – Dotação e Pagamento										
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica			
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011	
Alimentícia	-			-		-		-		-
Comum	1.147.380,00	285.159,00	5.388.096,00	1.061.475,47	259.988,08	5.059.910,02	-	-		-
Total	**1.147.380,00**	**285.159,00**	**5.388.096,00**	**1.061.475,47**	**259.988,08**	**5.059.910,02**	**-**	**-**		**-**
Observações:										

4.7.3 Análise Crítica

Os precatórios administrados por esta UJ são incluídos e pagos por intermédio do SIAFI, obedecendo a ordem cronológica e observando às disposições legais atinentes, em especial o art. 100 da Constituição Federal/1988.

Registre-se que esta UJ não possui estrutura de controle interno para mitigar riscos e problemas que levem ao descumprimento do art. 100 da CF/1988.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1. Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1188	1136	89	88
1.1. Membros de poder e agentes políticos	70	70	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1118	1066	89	88
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1118	986	33	32
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	38	12	10
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	42	44	46
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	6	0	4
4. Total de Servidores (1+2+3)		1142	89	92

Fonte: SAPPE – Sistema MentoRH

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**18**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	15
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	**33**
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	2
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	18
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	12
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	**1**
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	**3**
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	2
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Licença Gestante ou Adotante)	**3**
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	**59**

Fonte: SAPPE – Sistema MentoRH

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		78	27	26
1.1. Cargos Natureza Especial	**Não há**	0	**0**	**0**
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		78	27	26
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	78	65	19	16
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0

1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	7	6	4
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	6	2	6
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
2. Funções Gratificadas		696	169	164
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	717	660	162	147
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	36	7	17
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		774	196	190

Fonte: SAPPE – Sistema MentoRH

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	17	110	504	345	80
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	**0**	15	**35**	**13**	**7**
1.2. Servidores de Carreira	**17**	95	**469**	**332**	**73**
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	6	8	17	13	5
2.1. Cargos de Natureza Especial	**0**	0	**0**	**0**	**0**
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	3	5	1	2
2.3. Funções Gratificadas	**4**	5	**12**	**12**	**3**
3. Totais (1+2)	**23**	**118**	**521**	**358**	**85**

Fonte: SAPPE – Sistema MentoRH

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	8	6	29	180	278	533	18	4
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	**0**	0	**0**	**0**	**0**	**61**	**7**	**0**	**2**
1.2. Servidores de Carreira	**0**	8	**6**	**29**	**180**	**217**	**526**	**18**	**2**
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	2	7	35	3	1	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	**0**	0	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	1	0	11	1	0	0
2.3. Funções Gratificadas	**0**	0	**0**	**1**	**7**	**24**	**2**	**1**	**0**
3. Totais (1+2)	**0**	**8**	**6**	**31**	**187**	**313**	**536**	**19**	**4**

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SAPPE – Sistema MentoRH

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	**2013**	21497607 73	0 00	1701853 23	0 00	1362334 45	511549 19	19860 3 8	3910522 68	65123 8 4	2906885 1 50
	2012	19898578 60	0 00	1575535 72	0 00	1221511 98	437716 13	20691 4 9	3002437 15	64283 8 8	2622075 4 95
	2011	19531747 77	0 00	1536909 21	0 00	938442 95	449309 20	25663 9 2	5783247 70	65123 8 4	2833044 4 59
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	**2013**	113726682 00	190838 33 92	1131027 7 12	7648029 73	10228242 3 0	1547827 82	460961 67	2566817 52	7036299 87	1736089 72 13
	2012	103616163 00	179006 81 96	1040940 1 08	7563204 27	9804596 02	1327055 76	412975 77	305185 66	6941052 24	1582803 15 78
	2011	103756990 00	181454 44 57	1038973 4 45	7563393 16	8495588 39	1286729 91	368241 51	1978130 11	6940734 72	1589249 86 84
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	**2013**	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
	2012	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
	2011	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	**2013**	2618920 15	2980 57	221857 02	137886 8 5	155394 00	523 65	2347 71	161153 0 3	129264 45	3430327 43
	2012	2577088 21	35330 0 6	220775 27	144047 0 8	168741 35	0 00	4689 47	102422 00	132338 77	3385432 21
	2011	2575670 35	128633 85	228664 41	141285 1 7	157661 89	0 00	4617 52	196237 09	132338 77	3565109 05
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	**2013**	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
	2012	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
	2011	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00	0 00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	**2013**	8706845 63	6481115 81	1292659 22	649788 7 1	857132 01	54882 05	2310 81	265895 48	1014214 78	1932478 4 50
	2012	8004315 74	577138 4 36	1183793 99	625161 4 7	981916 23	41703 95	20559 4 5	107846 33	1003195 72	1773987 7 24
	2011	7838637 82	548014 9 51	1132650 14	601038 4 7	700780 93	42268 68	25662 7 9	188075 30	990677 90	1699994 1 54
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	**2013**	71552833 99	148092 94 64	7423234 30	4868302 94	6543010 09	981003 35	456860 55	1579698 45	4707998 68	1129222 36 99
	2012	62332175 88	138021 21 80	6581745 88	4598653 50	5989355 01	680921 85	377065 56	193444 64	4549031 77	9910451 5 89
	2011	61001141 36	134510 57 27	6401070 15	4435791 21	5091927 10	574092 47	308892 46	1306938 82	4516333 47	9708724 4 31

Fonte: SAPPE – Sistema MentoRH

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	122	18
1.1 Voluntária	104	18
1.2 Compulsória	3	0
1.3 Invalidez Permanente	13	0
1.4 Outras	2	0
2. Proporcional	37	3
2.1 Voluntária	19	0
2.2 Compulsória	11	1
2.3 Invalidez Permanente	7	2
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	159	21

Fonte: SAPPE – Sistema MentoRH

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	52	6
1.1. Integral	45	6
1.2. Proporcional	7	0
2. Em Atividade	56	1
3. Total (1+2)	108	7

Fonte: SAPPE – Sistema MentoRH

5.1.5 Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	14	13	10
Concessão de aposentadoria	21	19	54	35
Concessão de pensão civil	7	3	8	14
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	**28**	**36**	**75**	**59**

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	7	5	5	10
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	**0**	**0**	**0**	**0**
Totais	**7**	**5**	**5**	**10**

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão				13
Concessão de aposentadoria				54
Concessão de pensão civil				8
Concessão de pensão especial a ex-combatente				0
Concessão de reforma				0
Concessão de pensão militar				0
Alteração do fundamento legal de ato concessório				0
Total				**75**
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento				5
Cancelamento de concessão				0
Cancelamento de desligamento				**0**
Total				**5**

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

A.5.1.5.4 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	**0**	**0**	**0**	**0**

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A declaração de acumulação de cargos, funções e empregos públicos, quando for o caso, ou sua negativa, é exigida do servidor quando da investidura no cargo efetivo ou em comissão, nos termos do art. 37, incisos XVI e XVII, da CF, e art. art. 6º da Lei nº 9.027-90.

Inexiste neste Tribunal sistema interno permanente de controle com o objetivo de identificar casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Ao tomar conhecimento acerca de possível acumulação indevida de cargo, função ou emprego público, determina-se a abertura imediata de procedimento administrativo visando a sua apuração e regularização, nos termos do art. 133 e seguintes da Lei n 8.112/90.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- CAPACITAÇÃO CONTINUADA

1 – Média de horas de Treinamento e Desenvolvimento: mede a média de horas de treinamento por número de participantes

O indicador é medido analisando-se o número de horas acumuladas de capacitação de servidores, dividindo-se tal valor pelo total de participantes. Dessa forma, encontra-se o valor médio das horas de capacitação, por cada participante. Tal indicador é aplicado tanto em relação aos eventos internos da instituição, quanto aos eventos externos (situação onde a participação do servidor é custeada pelo Tribunal). Durante os anos de 2010 a 2013, foram encontrados os seguintes registros, quanto aos eventos internos: 35,23 (2010); 31,32 (2011); 37,58 (2012) e 52,59 (2013). Em relação aos eventos externos, a média de horas de treinamento e desenvolvimento foi de 39,26 (2010); 43,89 (2011); 86,11 (2012) e 80,39 (2013).

2 – Percentual de participantes nas ações de Treinamento e Desenvolvimento: mede o valor percentual de participantes nos cursos

O indicador é medido analisando-se a quantidade percentual de servidores que participaram de atividades de capacitação, dentre o número total de servidores do Regional. Tal indicador é aplicado tanto em relação aos eventos internos da instituição, quanto aos eventos externos. Durante os anos de 2010 a 2013, foram encontrados os seguintes valores percentuais, quanto aos eventos internos: 75,21 (2010); 74,16 (2011); 83,79 (2012) e 78,85 (2013). Em relação aos eventos externos, foram encontrados os seguintes valores percentuais 34,83 (2010); 25,84 (2011); 22,18 (2012) e 10,67 (2013).

APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO EM CAPACITAÇÃO

1 – Indicador de valor gasto com capacitação

O indicador é medido através do registro do gasto com ações de treinamento e desenvolvimento, tanto em eventos internos, quanto em eventos externos. Durante os anos de 2010 a 2013, com eventos internos, foi gasto um valor percentual de 75,21 (2010); 74,16 (2011); 83,79 (2012) e 78,85 (2013). Nos eventos externos, foi gasto um valor percentual de 34,83 (2010); 25,84 (2011); 22,18 (2012) e 10,67 (2013).

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Neste Regional, não há terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos deste Órgão.

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Neste Regional, não há autorização para realização de Concurso Público para substituição de terceirizados.

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva

QUADRO A.5.2.3 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Tribunal Regional do Trabalho – 13ª Região													
UG/Gestão:				**CNPJ:** 02.658.544/0001-70									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Situação do Contrato**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**		
2010	L	O	14/2010	24.217.010/0001-41	01/06/2010	01/06/2014	56	62					P
2011	V	O	04/2011	03.943.091/0001-97	01/02/2011	01/02/2014							E
Observações:			Não há exigência de nível de escolaridade dos trabalhadores contratados nos contratos em questão. Outrossim, não existe previsão de quantidade de trabalhadores a serem contratados, no segundo contrato relacionado.										
LEGENDA **Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Arquivo de Contratos da Coordenadoria de Contratos do TRT-13ª Região

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.4 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Tribunal Regional do Trabalho – 13ª Região													
UG/Gestão:					**CNPJ: 02.658.544/0001-70**								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Situação do Contrato**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**		
2011	12	O	**016/2011**	**11.370.316/0001-91**	17/05/11	**17/05/14**	**2**						**P**
Observações:			Não há exigência de nível de escolaridade dos trabalhadores contratados, no contrato em questão.										

LEGENDA

Área:

1.Segurança;

2. Transportes;

3. Informática;

4. Copeiragem;

5. Recepção;

6. Reprografia;

7.Telecomunicações;

8.Manutenção de bens móveis

9.Manutenção de bens imóveis

10.Brigadistas

11.Apoio Administrativo – Menores Aprendizes

12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Arquivo de Contratos da Coordenadoria de Contratos do TRT-13ª Região

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

No que concerne à contratação de serviços de limpeza e higiene, temos o contrato celebrado com a empresa TRESS – Terceirização e Locação de Mão-de-Obra Ltda. - EPP, desde 2010, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza, conservação, copa, jardinagem, carrego e descarrego, lavagem de automóveis, serviços de eletricidade e de manutenção predial nas Unidades que compõem este Tribunal. Inicialmente, foi contratado por um período de 12 (doze) meses, com um total de 56 trabalhadores, porém, através de sucessivos aditivos, o contato continua ativo até 01/06/2014, tendo sido acrescido mais 09 trabalhadores, totalizando, dessa forma, 65 trabalhadores.

Em relação ao contrato de vigilância ostensiva, no ano de 2013 ainda vigorava o contrato com a empresa Elfort Segurança de Valores Ltda. Tal contrato foi realizado em 2011, tendo sido prorrogado por algumas vezes, todavia, foi encerrado definitivamente em 01/02/2014 e abrangia a prestação de serviços de guarda e vigilância patrimonial nas unidades integrantes deste Tribunal, quais sejam nas cidades de: João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Mamanguape, Itabaiana, Guarabira, Areia, Picuí, Patos, Monteiro, Itaporanga, Sousa, Cajazeiras e Catolé do Rocha.

E, no tocante à locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos em órgão, temos o contrato realizado com a Viva Filmes e Cinematografia Ltda, cujo objeto é a prestação de serviços para a produção e edição de reportagens, vídeos, documentários e de cobertura jornalística de eventos, solenidades, atividades e seminários deste Tribunal, a serem prestados por um cinegrafista e um editor de imagens. O referido contrato foi celebrado inicialmente por um período de 12 (doze) meses, tendo sido prorrogado e continua em vigor até 17/05/2014.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
Área Fim	61	56	54	49	
Área Meio	7	7	7	7	
Nível Médio					
Área Fim	---	---	---	---	
Área Meio	---	---	---	---	
Total (1+2)	68	63	61	56	532836,52

Fonte:Secretaria de Gestão de Pessoas

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos –

1) - RA TRT 13 nº 003/2011 em consonância com a Resolução nº 68/2009 do CSJT e 83/2009 do CNJ.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ –

1) relevante valia, visto que o impacto sobre a UJ possibilita um fácil controle dos gastos com a frota, uma vez que há uma Seção técnica que avalia cada veículo antes do envio para as manutenções, o abastecimento é feito através de cartão eletrônico individualizado que gera relatório com todas as informações necessárias – placa do veículo, data e hora, km, valor e quantidade, entre outras;

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

1) veículos de representação – 02

2) veículos institucionais – 20

3) veículos de serviços – 08

4) total geral – 30 veículos na frota

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra "c" supra;

1) veículos de representação e institucional – média de 6.000km/ano

2) veículos de serviços tipo caminhão e van – 10.0000km/ano

3) outros veículos de serviços - média de 6.000km/ano

4) Idade média da frota, por grupo de veículos:

4a) veículos de representação – 02 anos

4b) veículos institucionais - 06 anos

4c) veículos de serviços – 06 anos

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

1) gastos com combustíveis – média de R$ 60.000,00/ano

2) gastos com manutenção preventiva e corretiva da frota (incluindo peças, lubrificantes e

pneus) – média de R$ 30.000,00.

3) os gastos com licenciamento anual (incluindo seguro obrigatório) custa em média – R$ 7.500,00.

4) seguro total da frota – custo médio anual de R$ 10.000,00

5) a frota e gerenciada por servidor do quadro com conhecimentos em gestão de frotas, entre outras qualificações relevantes acerca de veículos automotores, com graduação em Gestão Pública, ocupante de função comissionada (FC4) cuja atuação tem trazido valioso controle na modernização e escolha da frota em consonância com a assistência de técnica de um servidor lotado na Seção de Manutenção de Veículos (com formação em mecãnica de veículos automotores).

g) Plano de substituição da frota –

1) em média a cada 08 anos, em virtude do controle da frota no que trata das manutenções e segurança dos usuários e passageiros, objetivando não causar prejuízos maiores ao erário no que se refere aos custos de recuperação da frota.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação –

1) a existência quadro de pessoal (técnicos judiciários especialidade segurança), até a presente data, cuja especialidade, dentre suas funções, permite a condução dos itens em foco, somados à existência de um setor específico na avaliação mecânica de veículos, bem como de oficina terceirizada para a realização de manutenção. Esses fatores possibilitam um controle real dos gastos do erário.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

1) O controle da frota passa pelas seguintes etapas – o Assistente chefe da Seção de Transportes realiza o controle eletrônico de abastecimentos da frota com todas as informações relacionadas ao carro oficial no momento do abastecimento (condutor, placa do carro, km, total de litros, custo); as manutenções, antes de serem autorizadas passam pela verificação técnica de um servidor especializado em mecânica de veículo e somente após seu relatório é que o veículo segue para oficina contratada, evitando surpresas ou acréscimos indevidos nos custos.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ
		EXERCÍCIO 2013
BRASIL	**PARAIBA**	
	AREIA	1
	CAJAZEIRAS	1
	CAMPINA GRANDE	2
	CATOLÉ DO ROCHA	1
	GUARABIRA	1
	ITABAIANA	1
	ITAPORANGA	1
	JOÃO PESSOA	5
	MAMANGUAPE	1
	MONTEIRO	1
	PATOS	1
	PICUÍ	1
	SANTA RITA	1
	SOUSA	1
Subtotal Brasil		**19**
EXTERIOR	**PAÍS 1**	
	cidade 1	
	cidade 2	
	cidade “n”	
	PAÍS “n”	
	cidade 1	
	cidade 2	
	cidade “n”	
Subtotal Exterior		
Total (Brasil + Exterior)		**19**

Fonte: TRT 13ª Região - SMP

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

				Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
AREIA/PB	1921.00005.500-5	PRÓPRIO	BOM	R$ 5.207,95	19/05/2004			
CAJAZEIRAS /PB	1975.00283.500-7	PRÓPRIO	BOM	R$ 131.879,50	24/08/2004			
CAMPINA GRANDE/PB	1981.00035.500-2	PRÓPRIO	BOM	R$ 1.448.026,02	20/04/2004			
CAMPINA GRANDE/PB	1981.00071.500-9	PRÓPRIO	BOM					
CATOLÉ DO ROCHA/PB	1987.00002.500-1	PRÓPRIO	BOM	R$ 23.934,24	27/08/2004			400,00
GUARABIRA /PB	2027.00014.500-1	PRÓPRIO	BOM	R$ 147.457,13	12/07/2004			
ITABAIANA	2039.00007.500-7	PRÓPRIO	BOM	R$ 134.554,84	27/08/2004			
ITAPORANGA/PB	SEM CADASTRO	PRÓPRIO	BOM					
JOÃO PESSOA/PB	2051.00178.500-7	PRÓPRIO	BOM	R$ 603.163,52	02/01/2001			
JOÃO PESSOA/PB	2051.00229.500-3	PRÓPRIO	EM CONSTRUÇÃO	R$ 123.318,01	20/12/2006			
JOÃO PESSOA/PB	SEM CADASTRO	PRÓPRIO	BOM					
JOÃO PESSOA/PB	2051.00170.500-3	PRÓPRIO	BOM				1.026.700,60	
JOÃO PESSOA/PB	SEM CADASTRO	COMODATO	BOM					
MAMANGUAPE/PB	2079.00044.500-8	PRÓPRIO	BOM					
MONTEIRO/PB	2095.00011.500-0	PRÓPRIO	BOM	R$ 135.322,87	27/08/2004			
PATOS/PB	2117.00015.500-6	PRÓPRIO	BOM	R$ 130.421,70	31/08/2004	R$ 275.819,48		
PICUÍ/PB	2129.00002.500-9	PRÓPRIO	BOM	R$ 130.888,05	07/02/2002			
SANTA RITA/PB	SEM CADASTRO	PRÓPRIO	BOM					
SOUSA/PB	2225.00741.500-0	PRÓPRIO	BOM	R$ 131.142,04	30/08/2004	R$ 266.264,53		
Total								

Fonte:

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ
		Exercício 2013
BRASIL	**UF 1**	**Σ**
	Município 1 – João Pessoa/PB (Locação de 02 Pisos de Escritórios do Centro Empresarial Dr. João Medeiros, e área da casa situada junto ao Centro Empresarial)	01
	município 2	
	município "n"	
	UF "n"	**Σ**
	município 1	
	município 2	
	município "n"	
Subtotal Brasil		**Σ**
EXTERIOR	**PAÍS 1**	**Σ**
	cidade 1	
	cidade 2	
	cidade "n"	
	PAÍS "n"	**Σ**
	cidade 1	
	cidade 2	
	cidade "n"	
Subtotal Exterior		**Σ**
Total (Brasil + Exterior)		**01**

Fonte: Arquivo de Contratos da Coordenadoria de Contratos do TRT-13ª Região

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Este TRT não possui Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados		
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:		
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.	
	X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.	
		aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
		aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
		aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para **auxiliá-la nas decisões** relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.	
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.	
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.	
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:		
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.	
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.	
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.	
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.	
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.	
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.	
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.	
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.	
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.	
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:		
	Auditoria de governança de TI.	
	Auditoria de sistemas de informação.	
	Auditoria de segurança da informação.	
	Auditoria de contratos de TI.	
	Auditoria de dados.	
	Outra(s). Qual(is)?	
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.	
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:		
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.	
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.	
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.	

	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na *internet* para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, *hardware*, *software* e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: *utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre*	
(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
( ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
( ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de *software* definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
X	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

7.1.1 Análise Crítica

Muitos dos pontos indagados neste questionário não conseguiram ser implementados total ou parcialmente, a exemplo do PDTIC e da gestão da segurança da informação. Isso se deveu ao fato do aumento da carga de tarefas operacionais e da diminuição do quadro de pessoal, o que gerou um acúmulo de atividades para os profissionais remanescestes.

Em que pese alguns dos procedimentos não estarem formalizados, boa parte deles é executada de maneira informal, em razão de conhecimentos adquiridos em treinamentos.

De todo modo, há o desenvolvimento de um planejamento interno nesta SETIC para buscar sanar essas falhas já a partir de 2015, com a chegada de novos servidores aos quadros de TIC, em razão de concurso público ora em progresso.

A perspectiva é de aumentar os postos de servidores em setores estratégicos, a exemplo das áreas de gerenciamento de serviços baseado em ITIL, gerenciamento de projetos, segurança da informação e gestão de riscos e continuidade do negócio. Para tanto, uma reestruturação da Secretaria também já está sendo proposta para acomodar essas áreas de forma mais atuante.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Solicitação do DOF (documento de origem florestal) para mobiliário e insumos de madeira; certificado CEFLOR ou FSC para aquisição de papel.			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único *in fine*), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? ISO, ANVISA, CORFLOR, FSC CARBON TRUST DOF			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? No exercício 2013, houve aquisição de torneiras temporizadoras e a individualização de interruptores nas unidades, todavia o TRT não desenvolveu análise técnica capaz de mensurar o impacto dessas aquisições nos consumos supracitadados, mormente a presença de eventos extraordinários, a exemplo de obras, serviços de limpeza das fachadas, ampliação de áreas climatizadas com aquisição de novos equipamentos de refrigeração, duplicação de monitores de informática em face da implantação do processo eletrônica, etc.					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos					X

adquiridos? Papel A4 reciclado, envelopes					
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X

Considerações Gerais: Quesitos analisados por servidores representantes das unidades: CEMA (Coordenadoria de Engenharia e Manutenção); AGE (Assessoria de Gestão Estratégica); CPL (Comissão Permanente de Licitação), Núcleo de Almoxarifado e Comissão de Gestão Ambiental.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Valores em R$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados
Comissão Permanente de Gestão Ambiental (Ato TRT nº 099/2008)	2008	Instituiu programa relacionado à coleta seletiva, uso de papel reciclado, impressão duas faces das folha, redução disperdícios
Compra Sustentável (Ato TRT nº 100/2008)	2008	Instituiu que as compras de qualquer tipo ou espécie de material permanente e/ou de consumo deverão atender a legislação ambiental brasileira vigente
Programa Racionalizar (Ato TRT nº 289/2010)	2010	Disciplinou o uso de energia elétrica, telefone, papel, água e combustível, com a implementaçãode medidas de controle e contenção de consumo

Recurso Consumido	Quantidade (resmas/m³/KWh)			Valor (reais)		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	5.311	3.113	4.069	56.938,44	31.007,92	36.749,23
Água	12.094	9.611	7.713	208.939,25	172.623,86	141.248,60
Energia Elétrica	2.692.737	2.420.012	2.371.486	1.154.156,31	1.159.073,14	1.043.889,93
			Total		1.362.704,92	1.221.887,76

Fonte: SAdm

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO				
Denominação Completa					
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU	9.3 determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação: 9.3.1. faça cessar os pagamentos relativos ao ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ante o disposto nos art. 71, inciso IX, da CF e 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal; 9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento do recurso; 9.3.3. emita novo ato, livre da falha detectada, com a exclusão do menor sob guarda constante do benefício e a reversão da sua cota-parte para o outro beneficiário, com base no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.				
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1	TC 041.764/2012-9	9423/2012 – TCU – Segunda Câmara	9.3	DE	Ofício
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação	9.1. considerar ilegal o ato de concessão inicial de pensão civil instituída por Maria Goretti Pereira Hatori (Peça nº 2), negando-lhe registro				
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					
Serviço de Acompanhamento e de Pagamento de Pessoal - SAPPE					

Síntese da Providência Adotada	Emitido o ATO TRT GP Nº 058/2013, excluindo o dependente considerado ilegal.
Síntese dos Resultados Obtidos	Regularizada a situação objeto da deliberação.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	Sem comentários.

Unidade Jurisdicionada	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO				
Denominação Completa					
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU	**9.3.** determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação: 9.3.1. faça cessar os pagamentos relativos ao ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ante o disposto no art. 71, inciso IX, da CF e no art. 262, caput, do RITCU; 9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não proveniente desse recurso.				
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
2	TC 002.259/2011-7	462/2013 – TCU – 2ª Câmara	9.3	DE	Ofício
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO					
Descrição da Deliberação	9.1. considerar ilegal o ato de concessão inicial de pensão civil instituída por Samaritana Travassos de Souza em favor da menor sob guarda Maria Eduarda Travassos de Souza Lucena (Peça nº 20), negando-lhe registro.				
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					
Serviço de Acompanhamento e Pagamento de Pessoal - SAPPE					
Síntese da Providência Adotada	Cancelado o pagamento da pensão temporária.				
Síntese dos Resultados Obtidos	Através do Ofício 5168/2013-TCU/SEFIP, de 18/4/2013, foi declarado efeito suspensivo aos efeitos do Acórdão 462/2013-TCU-2ª Câmara.				

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	Sem comentários.

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Nao existe deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

<table>
<tr><td colspan="2">Unidade Jurisdicionada</td><td colspan="3">TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO</td></tr>
<tr><td colspan="5">Denominação Completa</td></tr>
<tr><td colspan="5">TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO</td></tr>
<tr><td colspan="2">Recomendações do OCI</td><td colspan="3" rowspan="2">Recomenda a alta direção que sejam adotadas medidas com a finalidade de aprimorar os controles internos dos setores auditados pela Secretaria de Controle Interno.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Recomendações Expedidas pelo OCI</td></tr>
<tr><td>Ordem</td><td colspan="2">Identificação do Relatório de Auditoria</td><td>Item do RA</td><td>Comunicação Expedida</td></tr>
<tr><td>1</td><td colspan="2">Relatório SCI 5/2013</td><td>5. Conclusão</td><td>Encaminhamento dos próprios autos.</td></tr>
<tr><td colspan="5">Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</td></tr>
<tr><td colspan="5">Presidência</td></tr>
<tr><td colspan="2">Descrição da Recomendação</td><td colspan="3" rowspan="2">Aprimorar os controles internos de setores auditados.</td></tr>
<tr><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="2">Providências Adotadas</td><td colspan="3">Encaminhamento à Diretoria-geral para adoção de providências.</td></tr>
<tr><td colspan="5">Setor Responsável pela Implementação</td></tr>
<tr><td colspan="5"></td></tr>
<tr><td colspan="2">Síntese da Providência Adotada</td><td colspan="3" rowspan="2">Dada ciência aos setores auditados da recomendação.</td></tr>
<tr><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="2">Síntese dos Resultados Obtidos</td><td colspan="3" rowspan="2">Setores auditados cientificados.</td></tr>
<tr><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="2">Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</td><td colspan="3">Recomendação procedida no mês de dezembro de 2013, ficando de se fazer análise crítica neste exercício.</td></tr>
</table>

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não exitem recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos, demonstrando, pelo menos:

a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ;

A Secretaria de Controle Interno deste TRT13 encontra-se posicionada, no organograma institucional, diretamente vinculada à Presidência do Regional, e possui a seguinte estrutura: Diretor do Controle Interno; Assistente de Diretor; Núcleo de Fiscalização e Auditoria Administrativa; Núcleo de Fiscalização e Auditoria Contábil, Financeira e Orçamentária; Seção de Fiscalização e Auditoria de Pessoal; Seção de Fiscalização e Auditoria Operacional e de Conformidade; Seção de Fiscalização e Auditoria em Planejamento e Execução de Obras; Seção de Acompanhamento de Atos e Procedimentos do TCU.

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações;

No ano de 2013, foram realizadas as seguintes auditorias:

- avaliação dos controles internos relativos a atividade de liquidação de despesas, quanto a capacidade de mitigação de riscos relativos a conformidade, que concluiu que que o controle interno testado é satisfatório no enfrentamento de riscos de conformidade, tendo em vista que apenas 5,8% (cinco vírgula oito por cento) dos processos analisados apresentaram inconformidades;

- avaliação de processos de licitação e/ou contratos, sob a ótica da efetividade do controle de risco dos diversos setores deste TRT/13 por onde tais processos tramitam, que concluiu pela necessidade de aprimoramento dos controles internos dos setores auditados, tendo em vista que aproximadamente 76,78% (setenta e seis vírgula setenta e oito por cento) dos processos avaliados sofreram algum tipo de diligência pela SCI, por instrução processual deficiente ou por movimentação equivocada dos autos;

- avaliação de processos de diárias, sob a ótica da efetividade do controle de risco dos setores envolvidos na tramitação da mencionada espécie de protocolo, que concluiu que são satisfatórios os controles internos dos setores envolvidos na tramitação e concessão de diárias, tendo em vista que apenas aproximadamente 6,66% (seis vírgula sessenta e seis por cento) dos processos analisados estavam desconformes com a legislação aplicável à espécie.

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;

Todas as recomendações feitas pela SCI em 2013 serão monitoradas neste ano de 2014.

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das

recomendações exaradas pela auditoria interna;

Não houve, no ano de 2013, acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

Não houve, no ano de 2013, sistemática e/ou sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;

Não houve, no ano de 2013, certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

Não houve, no ano de 2013, sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

Os servidores autorizaram, para fins de cumprimento da exigência contida no art. 13 da Lei 8.429, de 1992, e no art. 1º da Lei 8.730, de 1993, e enquanto sujeito ao cumprimento das obrigações previstas nas Leis 8.429, de 1992, e 8.730, de 1993, o Tribunal de Contas da União - TCU, a ter acesso aos dados de Bens e Rendas exigidos nas mencionadas Leis, das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

SEM OCORRÊNCIAS.

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Samara Gaudêncio Asfóra Lacerda, CPF nº 314.365.604-20, Coordenadora de Contratos e Licitações, exercido no Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Todavia, os Contratos firmados até 2013, estão sendo cadastrados, em virtude de problemas que retardaram o meu credenciamento junto ao SIASG, somente vindo ter acesso nesta data.

João Pessoa/PB, 21 de março de 2014.

Samara Asfora Lacerda

Samara Gaudencio Asfora Lacerda
CPF: 314.365.604-20
Coordenador de Contratos e Licitações
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

O Tribunal do Trabalho da Paraíba tem canais que atendem ao cidadão de forma fácil e direta, objetivando sempre a praticidade e a eficiência do atendimento. Estes canais estão na Ouvidoria da 13ª Região, que no ano de 2013 completou nove anos.

Os canais posto à disposição dos jurisdicionados e da sociedade em geral, para apresentação de reclamações, sugestões, críticas, elogios, denúncias, com o objetivo precípuo de viabilizar o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo regional, são os seguintes:

. Ligação gratuita originada de telefones fixos para o número 0800-728-1313.

. Formulários em papel nas unidades da Justiça do Trabalho e eletrônio disponível no sítio eletrônico www.trt13.jus.br

. Telefones.

. Pessoalmente ou por carta.

. e-mail: ouvidoria@trt13.jus.br

. Ouvidoria Móvel, onde uma estrutura do serviço é levado a vários lugares

. E encontro marcado, onde o cidadão é ser recebido pessoalmente pelo desembargador ouvidor.

No ano de 2013 foram cadastradas 688 manifestações no sistema de controle da Ouvidoria.

10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

O mecanismo utilizado pelo Tribunal para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação do TRT13 é a Pesquisa de Clima Organizacional (magistrados e servidores) e a Pesquisa de Satisfação (Sociedade) realizada nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2013.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

Demonstração dos resultados das pesquisas feitas nos últimos três anos:

No ano de 2011 a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, através da Assessoria de Gestão Estratégica – AGE, realizou em consonância com as diretrizes previstas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Pesquisa de Clima Organizacional e de Satisfação dos usuários internos e externos. Esta pesquisa tem o objetivo geral de levantar percepções e conhecimentos dos Magistrados, Servidores e Usuários sobre o ambiente de trabalho.

Em 2011, o público-alvo da pesquisa foi de 548 pessoas, entre Magistrados, Servidores e Usuários.

- Resultado por Magistrado: Acerca da satisfação de trabalhar no tribunal, os magistrados apresentaram um percentual geral de 85%. Esse índice inclui os que estão “Muito satisfeitos” (39%) e os “Satisfeitos” (46%). Já o índice dos que não estão nem satisfeitos,

nem insatisfeito ficou em 15%.

- Resultado por servidor: A satisfação em trabalho do TRT apresentou um percentual de 87,5% somando-se a categoria de “Muitos Satisfeitos” com a de “Satisfeitos”. O percentual de insatisfação ficou em apenas 2,7% e o dos que não têm opinião formada, em 9,4%.
- Resultado por usuário: Comparando-se diferenças percentuais das dimensões para o usuário nos anos de 2009 a 2011, observa-se que com exceção da dimensão Atendimento, todas as demais (Infraestrutura, Atos Processuais e Comunicação) tiveram aumentos percentuais. Vale ressaltar os aumentos significativos das dimensões infraestrutura e comunicação, do ano de 2010 para o de 2011.

No ano de 2013 o público da pesquisa foi de 1.134 pessoas, divididas nas mesmas categorias.

- Resultado por magistrado: no índice de satisfação geral (somatório das categorias dos muito satisfeitos com os satisfeitos), houve um diminuição de 2011 para 2013, de 24%. Passou-se, então, de 85% para 61%. Outro dado relevante observado é que, diferentemente do ano de 2011, onde não houve nenhum percentual de insatisfação, em 2013 o índice de insatisfação passou para 14%.
- Resultado por servidor: A satisfação em trabalhar no TRT13 apresentou um percentual de 86,6% somando-se a categoria de “Muito Satisfeitos” com a de “Satisfeitos”. O percentual de insatisfação ficou em apenas 4,95% e o dos que não têm opinião formada, em 8,25.
- Resultado por usuário: Comparando-se diferenças percentuais das dimensões para os usuários nos anos de 2009 a 2013, observa-se que todas tiveram aumentos percentuais. Vale ressaltar os aumentos significativos das dimensões atendimento e Atos Processuais do ano de 2011 para o de 2013.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Quanto à Depreciação Acumulada dos Bens Móveis do exercício de 2012 e exercícios anteriores, a Comissão Especial nomeada pela Portaria TRT/GP nº 278/2010, protocolo TRT 18.514/2010, junto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação(SETIC) na Coordenadoria de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas(servidor Ronaldo de Araújo Farias) viabilizou depois de vários experimentos durante o exercício a implantação de planilhas no Sistema de Controle dos Bens Permanentes do Serviço de Material e Patrimônio(SMP) que possibilitaram os lançamentos automáticos dos percentuais de depreciação, tendo por base as instruções da Macro função 02.03.30(Manual SIAFI) e orientações da CCONT/STN.

Quanto a contabilização dos valores relativos aos Passivos Trabalhistas se observou o Acórdão nº 1485/2012 – TCU – Plenário e a Mensagem CFIN/CSJT nº 34/2012, protocolo TRT 22.542/2012.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			**Código da UG**
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO			80005
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	**JOÃO PESSOA-PB**	**Data**	**20.03.2014**
Contador Responsável	**SALETIEL DIAS PAZ**	**CRC nº**	**4430-PB**

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Não há outras informações sobre a gestão a serem prestadas no presente relatório.